

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG ANDERSON MARCOS ALVES DA SILVA

**A ESTRATÉGIA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NA ÁFRICA:
DESDOBRAMENTOS PARA A PRESENÇA BRASILEIRA.**

Rio de Janeiro

2023

CMG ANDERSON MARCOS ALVES DA SILVA

**A ESTRATÉGIA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NA ÁFRICA:
DESDOBRAMENTOS PARA A PRESENÇA BRASILEIRA.**

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM-1) Leonardo Faria de
Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR
(LOCAL DA CHANCELA)**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CMG (RM1) Leonardo Mattos, meu orientador, por sua total disponibilidade, pelo apreço demonstrado e pelo tempo que despendeu para me ajudar a realizar este desafiador trabalho.

Sou muito grato à minha esposa Isis e ao meu filho Arthur por entenderem minha ausência nesses meses para realizar este estudo. Nós sempre estamos juntos nas jornadas!

À Marinha do Brasil, eu agradeço a oportunidade de realizar o Curso de Política e Estratégia Marítimas, um curso de grande valor e do qual tenho muito orgulho de ser aluno.

RESUMO

A estratégia militar estadunidense para a África é pragmática e baseada na teoria do realismo nas relações internacionais. As ações dos Estados Unidos da América (EUA) no continente africano buscam o equilíbrio de poder dessa potência hegemônica ocidental em relação a diversos atores nesse cenário. A evolução histórica de tal estratégia culminou na criação do *United States Africa Command* (AFRICOM), comando combatente estadunidense dedicado à África. O AFRICOM evoluiu ao longo do tempo e busca suplantar as restrições de meios e pessoal, ocasionada tanto pela menor prioridade que os EUA dão a esse comando combatente, como pelo incremento das ameaças que emergem na África. A articulação dos EUA e outros atores exógenos à África com a União Africana e mecanismos regionais africanos ganhou complexidade e impacta as ações militares nesse continente. A atuação dos EUA tem importantes desdobramentos para o Brasil, na dimensão militar do poder. A descrição das ações militares brasileiras na África revelam a reduzida presença militar do Brasil no continente africano, frente ao importante papel no sistema internacional que o Brasil postula e quando verifica-se a dimensão da presença militar estadunidense na África. Contudo, o surgimento de lacunas de atuação do AFRICOM é notório, mais especificamente nas ações de segurança marítima e missões de paz. A relevância desse assunto é que em tais lacunas identificou-se oportunidades e ameaças para o Brasil, na área militar naval, que é conduzida pela Marinha do Brasil.

Palavras-chave: África; AFRICOM; Realismo; Estados Unidos da América (EUA); Atlântico Sul; União Africana; Terrorismo; Segurança Marítima; Golfo da Guiné.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Bases temporárias do AFRICOM, com presença duradoura e não duradoura.	49
Figura 1 – Área de responsabilidade do AFRICOM.....	90
Figura 2 – Localização do quartel-general do AFRICOM e seus Comandos Componentes.	91
Figura 3 – Componentes da Arquitetura de Paz e Segurança Africana da União Africana.	92
Figura 4 – Arquitetura de laundé.....	93
Figura 5 – Zonas Marítimas da Arquitetura de laundé.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOTA	<i>African Contingency Operations Training and Assistance</i>
ACRI	<i>Africa Crisis Response Initiative</i>
AFRICOM	<i>United States Africa Command</i>
AIM	<i>Africa Integrated Maritime</i>
AMISOM	<i>African Union Mission in Somalia</i>
AMLEP	<i>African Maritime Law Enforcement Partnership</i>
AOPIG	<i>African Oil Policy Initiative Group</i>
APF	<i>African Peace Facility</i>
APSA	Arquitetura de Paz e Segurança Africana
ASF	<i>African Stand-by Force</i>
ATMIS	<i>African Union Transition Mission in Somalia</i>
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
CENTCOM	<i>United States Central Command</i>
CEN-SAD	<i>Communauté des États Sahélo-Sahariens</i>
CER	Comunidades Econômicas Regionais
CEWS	<i>Continental Early Warning System</i>
CJTF-HOA	<i>Combined Joint Task Force Horn of Africa</i>
COM	Centros Operacionais Marítimos
COMESA	<i>Common Market for East and Southern Africa</i>
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPS	Conselho de Paz e Segurança
CSL	<i>Cooperative Security Locations</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CRESMAC	Centro Regional de Segurança Marítima para a África Central
CRESMAO	Centro Regional de Segurança Marítima para a África Ocidental
CTF 150	<i>Combined Task Force 150</i>
CTF 151	<i>Combined Task Force 151</i>
CUA	Comissão da União Africana
EAC	<i>East Africa Community</i>
EACTI	<i>East African Counter-Terrorism Initiative</i>

EARF	<i>East Africa Response Force</i>
ECCAS	<i>Economic Community of Central African States</i>
ECOWAS	<i>Economic Community of West African States</i>
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
EUCOM	<i>United States European Command</i>
FMF	<i>Foreign Military Financing</i>
FOCAC	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>
FOS	<i>Forward Operating Sites</i>
FTM	Força Tarefa Marítima
GaT	Guerra ao Terror
GGC	<i>Gulf of Guinea Commission</i>
GPOI	<i>Global Peace Operations Initiative</i>
IASPS	<i>Institute for Advanced Strategic and Political Studies</i>
ICC	<i>International Coordination Center</i>
IGAD	<i>Inter Governmental Authority for Development</i>
IMB	<i>International Maritime Bureau</i>
ISIS	<i>Islamic State of Iraq and Syria</i>
ISR	<i>Institute for Social Research</i>
IUU	<i>Illegal, Unreported and Unregulated</i>
JNIM	<i>Jamaat Nusrat al-Islam wal-Muslimin</i>
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas
MB	Marinha do Brasil
MINUSCA	Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MISO	<i>Military Information Support Operation</i>
MMCC	<i>Multinational Maritime Coordination Centre</i>
MNJTF	<i>Multinational Joint Task Force</i>
MR	Mecanismos Regionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana

PACOM	<i>United States Pacific Command</i>
PEM 2040	Plano Estratégico da Marinha 2040
PND	Política Nacional de Defesa
POW	<i>Panel of the Wise</i>
PSI	<i>Pan-Sahelian Initiative</i>
RCA	República Centro-Africana
RDC	<i>Rapid Deployment Capability</i>
RECAMP	<i>Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix</i>
RPC	República Popular da China
SADC	<i>Southern African Development Community</i>
SOFA	<i>Status of Forces Agreement</i>
SPP	<i>State Partners Program</i>
TSCTI	<i>Trans-Saharan Counter-Terrorism Initiative</i>
TSCTP	<i>Trans-Sahara Counter Terrorism Partnership</i>
UA	União Africana
UE	União Europeia
UMA	<i>Union du Maghreb Arabe</i>
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
VEO	<i>Violent Extremist Organizations</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS TEORIAS DO REALISMO, LIBERALISMO E DA GEOPOLÍTICA APLICADAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	14
2.1 As principais teorias sobre as Relações Internacionais.....	14
2.2 A teoria da Geopolítica sobre as Relações Internacionais.....	18
2.3 O Poder (<i>Hard Power, Soft Power, e o Smart Power</i>) nas Relações Internacionais.....	19
2.4 A presença militar como principal componente de <i>smart power</i>	21
3 A PRESENÇA DOS EUA NA ÁFRICA, EMBASAMENTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO	24
3.1 Os EUA na África da Segunda Guerra Mundial até os Ataques Terroristas de 11 de setembro de 2001.....	24
3.2 Os EUA na África dos Ataques Terroristas de 11 de setembro de 2001 até a criação do AFRICOM.....	28
4 A ESTRATÉGIA MILITAR DOS EUA NA ÁFRICA E SUA EVOLUÇÃO A PARTIR DA CRIAÇÃO DO UNITED STATES COMMAND AFRICA (AFRICOM)	33
4.1 O AFRICOM em busca de maturidade, nos primeiros anos, da criação até o ano de 2012.....	33
4.2 O AFRICOM com capacidade operacional plena, e suas operações de 2013 a 2017...	39
4.3 As ações militares dos EUA com AFRICOM na atualidade, de 2018 até 2022.....	42
5 AS RELAÇÕES DA UNIÃO AFRICANA (UA) E MECANISMOS REGIONAIS DA ÁFRICA COM OS EUA E DEMAIS PAÍSES NÃO AFRICANOS NA ÁREA MILITAR	57
5.1 A UA, os organismos regionais africanos e a Arquitetura de Paz e Segurança Africana....	57
5.2 Os atores exógenos na Arquitetura Africana de Paz e Segurança.....	61
5.3 A Arquitetura Africana de Paz e Segurança nos assuntos marítimos.....	63
6 O PAPEL DO BRASIL NA ÁFRICA E A RELAÇÃO COM A ESTRATÉGIA MILITAR ESTADUNIDENSE PARA O CONTINENTE AFRICANO	68
6.1 A Estratégia militar do Brasil para a África.....	68
6.2 A presença do Brasil na África e os desdobramentos da Estratégia dos EUA.....	71
6.3 As oportunidades e ameaças para MB na atuação na África.....	74
7 CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	82
ANEXO – Figuras	90

1 INTRODUÇÃO

O oceano Atlântico separa os continentes americano e africano, os quais experimentaram diferentes formas de ocupação humana e desenvolvimento de suas sociedades. Nos dias atuais há grandes disparidades econômicas e sociais entre as nações que compõem a América e a África.

Com o desenvolvimento dos transportes e da tecnologia, a aproximação dos continentes foi clara e despertou uma necessidade de estudar os países africanos, e ainda, prospectar o futuro nas relações internacionais entre os países de ambos continentes.

Por outro lado, a atuação dos atores mais poderosos no sistema internacional continua a influenciar fortemente as relações internacionais, por vezes com efeito contrário ao da atual globalização. Apesar de tais efeitos ficarem mais fracos ao longo do tempo, a história do mundo demonstra que as forças de poder dos Estados e grandes corporações podem compensar o poder da aproximação da tecnologia e dos transportes (KRUGMAN, 2015).

Os Estados Unidos da América (EUA), como a grande potência atual do mundo ocidental, vieram ao longo de determinado período de tempo, incrementando a sua aproximação com a África. Esse movimento se deu em variadas áreas, sejam diplomática, militar e econômica, por exemplo.

Este trabalho abordará a presença militar dos EUA na África. A intenção é fazer um apanhado da evolução da estratégia militar americana para África, num determinado período recente da história e visualizar os impactos para o Brasil, frente aos posicionamentos que tal país tem tomado para a África. Também visa verificar esse posicionamento militar brasileiro na África, tendo como referência a posição dos EUA.

O objetivo principal deste trabalho é descrever a evolução da estratégia militar dos EUA na África, a partir da criação do *United States Command Africa* (AFRICOM) até 2022 e os desdobramentos para a atuação do Brasil nesse cenário. Decorrente desse objetivo a ideia é comprovar a hipótese de que o Brasil tem atuado de forma soberana no planejamento estratégico-militar na África, com pouca influência dos EUA, mas a presença brasileira necessita de fortalecimento, frente ao que o nosso país postula junto à comunidade internacional.

A descrição da estratégia militar estadunidense na África será realizada interligando essa presença militar, com o interesse geopolítico dos EUA no continente africano. Os impactos para o Brasil serão descritos com uma verificação do posicionamento brasileiro nesse continente. Então, dentro dessa descrição da dimensão militar do poder no continente africano, a ideia é identificar oportunidades e ameaças para a MB, na África.

Quanto a metodologia, em todo o trabalho foi empregada a técnica de documentação indireta, por intermédio de pesquisa documental e bibliográfica.

Como arcabouço teórico serão utilizadas as teorias da Análise Geopolítica e do Realismo aplicadas nas Relações Internacionais. Essas teorias serão expostas no capítulo 2, com o objetivo de explicitar os motivos das ações dos atores que estão envolvidos no objeto de estudo.

O Realismo nas relações internacionais estabelece que a organização dos Estados é anárquica e o uso da força e a demonstração de força são os principais vetores de equilíbrio do sistema internacional (NYE, 2009).

Em conjunto com a teoria do Realismo será realizada uma análise com base na Geopolítica, que é uma teoria que estuda a configuração geográfica dos Estados em conjunto com os seus mecanismos políticos, que influenciam a posição desses Estados na comunidade internacional, determinando o grau de poder que aqueles atores estatais têm no mundo (BARACUHY, 2021).

No capítulo 3 será estabelecido um embasamento histórico e contemporâneo da presença dos EUA na África. O objetivo desta parte do trabalho é descrever a presença estadunidense no continente africano na história, em seus diferentes aspectos e as motivações principais para este envolvimento dos EUA na África.

A descrição detalhada da estratégia militar dos EUA na África e sua evolução a partir da criação do *United States Command Africa* (AFRICOM) até os dias atuais será tema do quarto capítulo, cujo objetivo é verificar se está sendo observado um crescimento ou retração da atuação dos EUA na África e como é o atual modelo de presença militar estadunidense na África.

No capítulo 5, com a estratégia militar americana para África no espaço temporal já descrita, este estudo fará uma identificação das ações da UA e dos mecanismos regionais

africanos, expondo interferências e consequências do que os EUA e outros atores externos realizam na África, com o planejamento militar continental africano (UA) e regionais.

No sexto capítulo será realizada uma descrição do planejamento estratégico-militar do Brasil para a África, ao longo do período temporal proposto, para descrever o grau de influência dos EUA no Brasil, verificar as tendências de expansão ou retração da presença brasileira na África e, finalmente, avaliar se o planejamento estratégico-militar atual brasileiro, para o continente africano, está alinhado aos anseios internacionais do país, detalhando as oportunidades e ameaças para a MB.

A motivação deste trabalho é percepção por parte deste autor do incremento de atividades de Estados exógenos na África, com destacada presença da dimensão de poder militar. Observam-se atualmente ações de potências extrarregionais com o desdobramento de forças militares, e uma disseminação por todo o continente africano de pontos de contato militares, de diversos Estados não-africanos. Os EUA têm destaque nessas ações, com uma articulação militar poderosa em quase todos os países africanos e também nas organizações regionais e continentais.

Tais ações dos EUA na África trazem desdobramentos para a presença do Brasil nesse continente. A África tem uma importância no contexto da segurança do Brasil, pois esse continente, na sua costa ocidental, margeia o oceano Atlântico Sul, que são as águas que banham a costa brasileira, e que o Brasil prioriza para segurança e exploração de suas riquezas.

Portanto, a relevância deste estudo é verificar como a estratégia militar estadunidense na África está se desenvolvendo na atualidade. Essa verificação será detalhada para identificar os desdobramentos para o Brasil na área militar. Conseqüentemente, ao final do estudo serão descritas as oportunidades e ameaças para a MB na África, advindas de tal descrição. Essas oportunidades e ameaças para a MB servirão de ideias para um desenvolvimento de alterações no planejamento estratégico da Força.

Obviamente, o suporte do Estado brasileiro é fator fundamental para tais alterações, pois certamente envolveria posicionamentos políticos e diplomáticos do Brasil no cenário mundial. No entanto, a validade do estudo é a de apontar caminhos para o futuro do Brasil no sistema internacional em relação à África, tomando por base o que está acontecendo atualmente na área militar nesse continente.

2 AS TEORIAS DO REALISMO, LIBERALISMO E DA GEOPOLÍTICA APLICADAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Neste início do trabalho, a ideia é montar um arcabouço teórico com base nas teorias do Realismo, Liberalismo e Geopolítica aplicadas nas Relações Internacionais, a fim de explicitar os motivos das ações dos atores que estão envolvidos no Objeto de estudo.

O Realismo nas relações internacionais estabelece que a organização dos Estados é anárquica e que a demonstração e o uso de força pelos Estados são os principais componentes de equilíbrio do sistema internacional. Em conjunto com a teoria do Realismo será realizada uma análise com base na Geopolítica, que trata da geografia dos Estados em conjunto com a organização política dos Estados, que determinam o posicionamento de tais nações dentro do sistema internacional, definindo o grau de poder que esses atores estatais possuem no mundo.

Então, numa primeira parte serão destacadas as principais teorias sobre as relações internacionais, em seguida aborda-se a geopolítica e sua relação com essas teorias. Numa terceira parte verifica-se como o poder pode ser aplicado baseado nessas teorias, nas vertentes mais conhecidas de sua aplicação e finalmente, na quarta parte deste capítulo, como a presença militar contribui para o exercício do poder de um Estado sobre outro ator.

2.1 As principais teorias sobre as Relações Internacionais.

A base teórica deste trabalho recorre ao estudo das relações internacionais para conduzir a análise dos movimentos dos atores estatais ou não, que resultam em posturas diplomáticas e a estruturação na área militar, além das fronteiras nacionais. Nesse campo do conhecimento foram postuladas duas principais teorias que acabam sendo antagônicas em muitos aspectos, o Realismo e o Liberalismo. Numa das linhas de pensamento da política internacional entende-se que há uma anarquia, por não haver um governo superior, e que esta anarquia pode ser ameaçadora. Em outra corrente de pensamento, entende-se que os mecanismos internacionais são capazes de equilibrar os anseios dos diferentes Estados, e segundo Joseph S. Nye, dessas perspectivas pessimista e otimista decorrem respectivamente, o Realismo e Liberalismo (NYE, 2009).

No Realismo, o protagonismo dos Estados nas relações internacionais é patente e a possibilidade do uso da força é o mais forte componente no trato entre nações, por não haver um governo mundial e o balanço entre os poderes dos países serem determinantes nos resultados das interações entre esses atores. Nessa teoria, os Estados e o sistema internacional são os protagonistas, e nesse sistema os Estados dependem apenas de si mesmo para se defenderem dos outros e buscam sempre o poder. Diferentemente da política interna, na qual o governo do Estado controla os cidadãos e os pune, se necessário, na política externa não há um governo global, então o sistema internacional é anárquico (MINGST, 2018).

Tal pensamento realista decorre das ancestrais tradições de Maquiavel e Hobbes. Esses pensadores enfatizam o potencial conflitivo do ordenamento nas relações internacionais, ao invés da ideia de comunidade internacional. O ponto de vista dos realistas difere muito do liberalismo, pois enxergam o mundo a partir da perspectiva de seus Estados, que priorizam o foco nos interesses nacionais. Não há a possibilidade de uma base compartilhada de valores. O sistema internacional é o conceito mais aceito entre os realistas, pois tal sistema prega um ambiente de anarquia, em virtude da ausência de um poder acima dos Estados. A política de poder com as variações das alianças entre os países acabou tornando-se as características do que se chama *realpolitik*¹ (MAGNOLI, 2017).

A teoria liberal opõe-se ao realismo ao defender que a humanidade vem desenvolvendo uma comunidade mundial e que as relações internacionais cada vez mais ocorrem com a influência de organismos supranacionais, que seriam dominantes, mesmo sobre a influência estatal direta e a ameaça do uso da força. Nessa visão otimista do sistema internacional, o futuro indicaria a redução dos conflitos entre nações e uma maior atuação desses mecanismos de mediação, como por exemplo a Organização das Nações Unidas (ONU) (NYE, 2009).

A ideia de paz em expansão e que a sabedoria humana levaria a uma cooperação mundial são as bases do pensamento liberal, que é influenciado pelo iluminismo, que propala que a guerra não é intrínseca a natureza humana, e sim está na vida em sociedade e que, a educação e o desenvolvimento dessa levaria a uma condição de paz duradoura, e quando da guerra, essa seria menos danosa (MINGST, 2018).

1 Política externa baseada, de modo exclusivo e explícito, no primado do interesse nacional. A *realpolitik* caracterizou a política externa dos Estados europeus no século XIX (MAGNOLI, 2017).

O Liberalismo, em certa linha de pensamento, também propõe que os Estados têm seus interesses e que esses superam sempre a harmonia reinante, mas que a interação entre Estados levaria a uma situação de paz, pois os organismos internacionais e acordos bilaterais ou multilaterais triunfariam, frente a opção de uma crise ou da guerra. Ou seja, nessa corrente de pensamento, que é a proferida por Immanuel Kant, não é exigida a presença do ator moral, que seria um dos organismos multilaterais, mas que a anarquia dos realistas tem suas limitações e que a guerra pode desaparecer, com o equilíbrio entre Estados (MINGST, 2018).

Os representantes do Liberalismo falam de humanidade e valores universais, e ainda preveem uma reforma para o futuro de toda a humanidade. Já sobre a perspectiva realista, numa análise crítica, revela-se a fragilidade do arcabouço teórico do Liberalismo, pois esse não deixaria de ser influenciado, de forma inconsciente, pelas políticas baseadas nos interesses dos Estados (MAGNOLI, 2017).

Entretanto o Realismo está sujeito às limitações por ele mesmo impostas, pois acreditar que na política, os fatos são inalteráveis e suas consequências são sempre previsíveis, geram uma falta de interesse em mudá-los. Portanto, essa é a impossibilidade de abraçar apenas o Realismo na política internacional (MAGNOLI, 2017).

O Liberalismo sofreu duras críticas no século XX com a eclosão de duas guerras mundiais e o fracasso da Liga das Nações em controlar os atritos entre os Estados. O horror do holocausto na segunda grande guerra e as demais atrocidades desse conflito demonstravam uma retumbante ineficiência dessa filosofia, o que ocasionou o desuso do Liberalismo como teoria perspectiva, sendo substituída pelo Realismo, com a sua solução para os conflitos, que seria o equilíbrio de poder (MINGST, 2018).

No entanto, a teoria Liberal não foi abandonada, e ressurgiu, na década de 1970, um novo ramo do Liberalismo com base na observação de que os Estados no sistema internacional realmente cooperam, na maior parte do tempo. Isso é contrário às previsões realistas de que a cooperação é muito difícil para os Estados.

Diferentemente do que se pensava após as duas grandes guerras mundiais, os Estados possuem uma interdependência complexa, pois ocorrem interações informais entre governos, e atores não estatais, como corporações multinacionais. Entende-se que os Estados estão preocupados não apenas com a segurança, mas também sobre outras

questões, que podem ser identificadas em outros atores, e a associação a esses pode resultar em não haver necessidade do uso da força militar ou demonstração de poder. Tal teoria foi nomeada Neoliberalismo (MINGST, 2018).

Alguns pensadores neoliberais como Robert O. Keohane e Joseph S. Nye questionaram a grande quantidade de cooperação entre Estados, ainda que sob a influência das condições anárquicas do sistema internacional. Os estudos de ambos demonstraram que alguns fatores podem contribuir para explicar o aparente paradoxo. Todos esses fatores estão subordinados ao fenômeno, por eles nominado interdependência complexa, que é composto pela ligação entre os Estados por vários canais, e não somente por conexões bilaterais diretas e formais.

Deve-se atentar que, frequentemente, os governos e outros atores não-estatais, como as corporações multinacionais têm relações informais, mas igualmente são conexões relevantes entre os Estados. Os Estados têm diversas questões internacionais importantes, não se limitando apenas à questão da segurança, em que o uso ou a ameaça do uso da força não estão em questão, a negociação desses temas de interesse comum é o caminho ser traçado (MINGST, 2018).

Uma outra importante corrente teórica nas Relações Internacionais é o Construtivismo², que propõe que a realidade e o conhecimento podem mudar as relações entre Estados, conforme ocorre a evolução da sociedade mundial. O Construtivismo, também chamado de teoria da estruturação, estabelece que os atores internos sociais interagem e que existe uma dualidade de causa e efeito dentro do sistema em que atuam. Portanto todos os atores internos, independente do seu poder, influenciam nos demais atores que estão dentro do mesmo ambiente. Tal ambiente pode ter escala de tamanho local, regional ou mesmo global.

Portanto, a criação da sociedade, sua produção e reprodução são uma geração dos atores sociais. Então, as atividades humanas são consideradas práticas sociais, situadas no espaço e no tempo, e elas são os principais recursos de uma sociedade. Os atores sociais e suas decorrentes ações acarretam uma contínua recriação e reprodução dos contextos sociais de uma civilização que por sua vez possibilitam suas ações (GIDDENS, 1979).

² O termo construtivismo foi definido pela primeira vez por Nicholas Onuf em 1989, em *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, University of South Carolina Press (ONUUF, 1989).

2.2 A teoria da Geopolítica sobre as Relações Internacionais.

A geopolítica pode ser entendida como o estudo e realização da política no espaço geográfico. A teoria geopolítica trata da estratégia dos Estados e é balizada pelo espaço (geo) e poder (política). Seu principal objeto de estudo é essa interação entre espaço e poder nas relações internacionais. Esses dois aspectos do objeto de estudo definem como são as relações de um ator no cenário internacional. O espaço que o Estado ocupa no mundo e a sua posição relativa aos centros de poder globais formam uma base incontornável de sua política externa. Assim a Geopolítica ao analisar os Estados na comunidade internacional, o faz, conceitualmente, em termos de política do Estado, as causas e consequências de sua posição no mapa-múndi (BARACUHY, 2021).

A primeira definição de geopolítica considera a teoria do Estado como um organismo geográfico no espaço. Postula-se que a geopolítica está centrada na atuação do Estado em seu espaço geográfico e não em sua geografia (FLINT, 2006).

A atuação de um Estado poderoso no amplo sistema internacional frequentemente será moldada pelos contornos do espaço geográfico. Assim sendo, a geografia dos Estados torna-se uma parte da estrutura de poder externo de um Estado. Os componentes de poder nacional, tais como, recursos naturais, capacidade industrial, preparo militar, população, caráter e moral nacional, qualidade da diplomacia e do governo afetam o quanto esse Estado pode influenciar outros. Contudo, a sua posição geográfica relativa é um dos componentes com maior peso para as condições de segurança, estabilidade e prosperidade do Estado.

Em virtude de possuir implicações estratégicas, a análise geopolítica é vital para a condução da política externa de um Estado e esse pensamento migrou para as maiores corporações privadas multinacionais e grandes investidores, que hoje em dia constantemente avaliam os riscos geopolíticos que possam impactar os diversos mercados e decisões de investimentos no longo prazo (FRIEDMAN, 2019).

Para pensar numa estratégia de política externa é fundamental que se tenha base na geopolítica, pois, uma visão estratégica do Estado pressupõe um correto diagnóstico do equilíbrio de poder no campo internacional e suas tendências para o futuro. Com base nessa análise geopolítica é que se poderá estabelecer objetivos e prioridades, identificando

ameaças e oportunidades para a priorização dos recursos daquele Estado para a sua atuação no mundo (BARACUHY, 2021).

A tradição geopolítica clássica foi iniciada por autores como Mahan, Mackinder e Spykman. Os conceitos desses pensadores ainda são válidos na prática da política internacional e ainda se fortalecem na academia das Relações Internacionais nos dias de hoje, e referenciá-los nos estudos atuais de Relações Internacionais ainda se justifica, pelo que ainda ecoa dos conceitos de tais pensadores, nos tempos contemporâneos. Então a Geopolítica nasce de uma necessidade de visualizar o sistema internacional, trazer informações aos estrategistas e orientar a política externa de um Estado (BARACUHY, 2021).

A Geopolítica vem sendo importante instrumento das Grandes Potências em suas estratégias. Um bom exemplo disso é a estratégia de *Containment*³ adotada pelos EUA durante a Guerra Fria. A presença mais forte da Geopolítica no vocabulário das relações internacionais ocorreu a partir da década de 1970, por intermédio da postura diplomática de Henry Kissinger, no governo estadunidense de Nixon, quando foi criado um triângulo estratégico entre Washington, Pequim e Moscou no contexto da *Détente*⁴. Desde então a geopolítica serve como uns dos instrumentos principais de análise do posicionamento de um Estado no mundo (BARACUHY, 2021).

2.3 O Poder (*Hard Power, Soft Power, e o Smart Power*) nas Relações Internacionais.

Nesta parte desse estudo é importante definir como o poder da política dos Estados se dá nas relações internacionais. Portanto, cabe primeiro refletir o que é exatamente poder?

Nye define que poder é como o clima, assim como o clima, todos dependemos do poder, mas descrevê-lo não é simples. Esse autor postula que diferentemente das definições dos dicionários, o poder não é simplesmente a capacidade de influenciar as pessoas a fazer o que o líder deseja, porque não é possível saber o comportamento das pessoas, mesmo sem

3 Containment – Contenção como política é essencialmente, o uso de espionagem, pressão econômica e recursos militares — emergiram de uma assimetria comparativa de forças na Europa. Após a rendição do Terceiro Reich, as forças norte-americanas e britânicas rapidamente se desmobilizaram e voltaram para casa, enquanto o exército soviético não. Em 1948, os soviéticos bloquearam corredores de transporte para Berlim, a capital alemã, que havia sido dividida em setores por acordo pós-guerra. Os EUA perceberam então que, mesmo sendo o único Estado em posse de armas atômicas, não possuía o poder de coagir a União Soviética a recuar para suas fronteiras anteriores à Segunda Guerra Mundial (MINGST, 2018).

4 Detente ou Política da Distensão—Iniciada por Richard Nixon e Henry Kissinger, voltada para a redução das tensões entre EUA e União Soviética. A distensão, ou detente, perdurou durante toda a década de 1970 (MAGNOLI, 2017).

ordens do líder. Portanto, a gradação do poder pode ser diferente, dependendo da vontade das pessoas ou do ambiente em que se está passando a situação. Também alega que outra corrente de pensamento que define poder apenas pelas posses de recursos naturais valiosos ou posição estratégica vantajosa, também é uma definição incompleta, porque há exemplos na história de Estados poderosos no sentido financeiro e de recursos que falharam em conflitos, como os EUA na guerra do Vietnã. Ou seja, converter recursos em poder requer sempre estratégias bem elaboradas e uma boa liderança. Igualmente, o ambiente em que está se passando a situação é importante para o exercício do poder, porque ele sempre será relativo a essas variáveis (NYE, 2004).

O poder, por ter essa complexidade, possui formas de efetividade, que alinhado ao que Nye definiu, são divididos em *hard power*, *soft power* e *smart power*. O *hard power* é o mais difundido e conhecido no mundo, que consiste em basicamente ter grandes recursos econômicos e militares. A efetividade do *hard power* pode se dar de duas formas: a recompensa ou incentivos e a ameaça. Essas formas são baseadas nas dimensões de poder militar e econômico. No entanto, pode haver o convencimento de um outro Estado a fazer o que se deseja (efetivar o poder sobre ele) por intermédio da negociação, sem que haja uma clara recompensa ou ameaça. A esse tipo de poder chama-se *soft power*. Tal tipo de poder faz com que outros Estados desejem o que você deseja. Então esse poder coopta os líderes e as populações de outros Estados, sem necessidade de ameaçá-los. O *soft power* exerce atração sobre as pessoas e em consequência sobre suas nações (NYE, 2004).

Um Estado que representa valores que outros querem seguir, certamente gastará menos energia para liderar esses outros. Cabe ressaltar que o *soft power* não pode resumir-se à influência, pois no *hard power* pode haver a influência, com as recompensas e ameaças. O *soft power*, além da persuasão é também a capacidade de atração e sedução dos Estados que se domina (NYE, 2004).

Um dos exemplos contemporâneos de *soft power* é o dos EUA, que possui como recursos desse poder, o seu modelo de democracia plena com a garantia dos direitos políticos e civis. Mais recentemente a China tem se esforçado em ampliar seu *soft power*, investindo cerca de 10 bilhões de dólares estadunidenses, por ano, em divulgação no exterior desde 2007. Ocorre que há muitas críticas a esse modelo de exercício do poder, por parte dos pensadores realistas, pois o dispêndio de recursos no *soft power* não traz retorno

tangível e que esse poder é ineficaz, comparado ao *hard power*. Porém, acredita-se que se o *soft power* for combinado com outras fontes de poder mais tangíveis, o resultado da efetividade do poder será maior. Normalmente as fontes de poder advindas do *soft power* são mais valorizadas por pensadores liberais. A proporção da combinação das fontes de poder sobre um determinado ator poderá ter resultados diferentes. Os exemplos das vitórias em conflitos do Afeganistão sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou do Vietnã sobre os EUA trazem a reflexão de que em ambos os casos, nações com limitados recursos tangíveis de poder venceram aqueles que possuíam grandes fontes tangíveis de poder. Nesses casos, as fontes intangíveis de poder, incluindo a vontade das populações de continuar lutando, prevaleceram (MINGST, 2018).

Apenas o *soft power* não é o suficiente para um Estado exercer poder no sistema internacional. Contudo, ele não pode ser menosprezado e abandonado. A maneira mais eficiente de ser poderoso é a combinação do *hard power* com o *soft power*. A essa combinação, de forma inteligente e planejada, Nye chamou de *smart power* (NYE, 2004).

Os teóricos do Construtivismo ressaltam que o poder vem das fontes do tangível e do intangível e mais além, vem do poder da ideia e da linguagem. A identidade de um Estado, como o seu nacionalismo, é diuturnamente forjada por intermédio dos discursos, propaganda e imagens. Então o poder tem essa complexidade e nenhuma de suas fontes pode ser negligenciada (MINGST, 2018).

Atualmente, na era da informação, é ainda mais importante o *smart power*, pois o correto balanceamento do *hard* e *soft power* é o segredo do sucesso. A cultura estadunidense é ainda fator de peso no *soft power*, mas os movimentos do governo dos EUA têm grande importância no mundo. As tendências contemporâneas estão a favor dos EUA, mas o equilíbrio é fundamental na aplicação do poder. *Smart power* significa aprender melhor como combinar o *hard* e *soft power* (NYE, 2004).

2.4 A presença militar como principal componente de *smart power*.

A fonte de poder militar é uma das componentes principais do *hard power*. Pode-se citar como exemplo clássico o Reino Unido, que ergueu um império mundial e efetuou um controle militar de suas colônias na Ásia, na África, no Caribe e na Oceania.

A *Pax Britannica*⁵ foi fundamentada no domínio dos mares e representou a moldura geopolítica do ciclo britânico no século XIX até o início do século XX. Esse período de paz relativa na Europa só foi quebrado com a Primeira Guerra Mundial, que apenas com a entrada dos EUA no conflito, em 1917, o panorama bélico foi dramaticamente modificado, e a Alemanha entrou em colapso (MAGNOLI, 2017).

A Doutrina Truman, após a Segunda Guerra Mundial, baseou-se no *hard power* da fonte de poder econômico (Plano Marshall), quando as ações básicas eram o financiamento da reconstrução da Europa Ocidental. No entanto, houve um novo direcionamento após a mudança na estratégia de contenção da URSS, em virtude da crise gerada pela divisão de Berlim. Então, houve um adensamento da fonte de poder militar da estratégia de contenção da URSS, resultando na criação, em abril de 1949, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (MAGNOLI, 2017).

Portanto, a fonte militar é basilar no poder de um Estado no sistema internacional. A despeito da importância das demais fontes de poder, quando verificamos diversos exemplos da história da humanidade, sempre houve necessidade de uma fonte de poder militar forte para que outras fontes pudessem influenciar outros atores do sistema internacional. Então como o poder militar atuará no *smart power* de um Estado? Este estudo abordará agora a perspectiva do Realismo para que haja um equilíbrio mundial de poder entre os Estados, chamado de balanço de poder.

Esse equilíbrio de poder é uma configuração própria dos Estados no sistema internacional. Essa medida de equilíbrio pode ser feita entre dois atores e verifica o gerenciamento do poder e da segurança desses Estados. Nessa teoria, a lógica central é que, quando ocorre um desequilíbrio de poder, os Estados mais poderosos poderão tentar usar a sua vantagem para entrar em guerra com os mais fracos, para obtenção de ainda mais poder. Quanto maior o desequilíbrio entre os Estados, mais forte a tentação do Estado mais poderoso para fazê-lo. No entanto, esses Estados com maior poder devem calcular os custos e riscos, quando comparados com os ganhos potenciais.

5 *Pax Britannica* – O período de paz relativa no continente europeu (e consequentemente no mundo) entre os anos de 1815 a 1914, baseado no poderio do Império Britânico. *Pax Britannica* é um termo em latim que em tradução livre significa paz britânica. O período de tempo da *Pax Britannica* parte da derrota definitiva de Napoleão e com o Tratado de Paris em 1815 até o início da Primeira Guerra Mundial, quando os termos do equilíbrio europeu firmados no Congresso de Viena se tornam insustentáveis e a Grã-Bretanha não mais se encontra em condições de manter a paz no continente (LESSA, 2005).

Na teoria do equilíbrio de poder, os Estados normalmente realizam opções racionais e calculadas, e continuamente fazem escolhas para manter sua posição dominante sobre seus adversários, mantendo assim um balanço de força. Entretanto, o equilíbrio de poder não é obtido somente pela dominação dos Estados mais fracos com a guerra. A possibilidade da guerra já pode gerar um equilíbrio, porque os Estados lançarão mão das alianças entre esses, que são a ferramenta institucional das relações internacionais mais importante, pois proporciona um incremento na segurança dos Estados associados e equilibra o potencial de poder percebido do oponente. Então, o equilíbrio é sobretudo de potencial de poder. Se um Estado em franca expansão começa a incomodar o equilíbrio de poder, os Estados ameaçados podem se unir a outros contra a expansão desse Estado emergente. Por exemplo, quando o poder da Alemanha aumentou antes da Segunda Guerra Mundial, os EUA e o Reino Unido aliaram-se à União Soviética para se equilibrar contra ela, apesar da rivalidade entre eles (MINGST, 2018).

O balanceamento de poder pode ser a nível internacional ou regional. O equilíbrio de poder pode se dar em regiões geográficas específicas, como por exemplo, no leste da Ásia, a aliança do Japão com os EUA criam um equilíbrio de poder com a China.

Portanto, levando em conta as citadas teorias que basearam essa parte do estudo, conclui-se que o poder militar estadunidense e as suas alianças com Estados e organizações multilaterais buscam o equilíbrio de poder, dentro de um pensamento realista e usando este balanceamento de força, que é considerada a técnica mais importante para gerir a segurança do Estado. Tal técnica é compatível com a natureza humana e do Estado, que é agir para proteger o próprio interesse, mantendo a própria posição de poder em relação aos demais. Portanto, a partir desse arcabouço teórico será descrita a história da presença dos EUA na África e a sua busca de equilíbrio do poder por intermédio de sua estrutura militar para o continente africano.

3 A PRESENÇA DOS EUA NA ÁFRICA, EMBASAMENTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO.

O objetivo desta parte do estudo é descrever a presença estadunidense no continente africano, em seus diferentes aspectos e as motivações principais para esse envolvimento dos EUA na África. Um breve histórico anterior à criação do *United States Command Africa* (AFRICOM) é necessário para o entendimento dos motivos que culminaram na decisão da criação do AFRICOM.

Como esse embasamento histórico visa destacar os movimentos estadunidenses mais assertivos na dimensão de poder militar dos EUA, o recorte temporal foi dividido em duas partes, sendo a primeira parte no que refere a esses aspectos da Segunda Guerra Mundial até os Ataques Terroristas do 11 de Setembro de 2001 e a segunda parte, a partir desses ataques até a efetiva criação do AFRICOM.

3.1 Os EUA na África da Segunda Guerra Mundial até os Ataques Terroristas de 11 de setembro de 2001.

A participação estadunidense nos assuntos do continente africano foi limitada às questões de comércio até a Segunda Guerra Mundial. Tal interesse econômico se restringia às críticas ao acesso comercial às possessões europeias na África, pois, após o rompimento do Pacto Colonial com o Reino Unido, os EUA em relação à África possuíam um entrave ao livre mercado, porque para os estadunidenses, que estavam montando uma indústria de alta capacidade de produção, as colônias europeias representavam um conjunto indesejado de barreiras aduaneiras e de entraves legais, que dificultavam o comércio com aquelas localidades e o acesso às matérias-primas disponíveis na pouco explorada África (KINDA, 1992).

O segundo conflito armado mundial mostrou que o Norte da África, pela proximidade com a Europa e disponibilidade de riquezas naturais, tornara-se um importante teatro de operações, com a ocorrência de batalhas entre forças militares das potências do Eixo e dos aliados do Ocidente. Entretanto, o restante do continente africano também mostrou seu valor estratégico nessa guerra, pois em todo o seu território, seja na África Subsaariana, na costa Atlântica ou Índica, foi necessário o estabelecimento de bases avançadas para apoio ao

tráfego aéreo com a Europa e Oriente Médio e ainda para o combate à marinha alemã, além da já sabida disponibilidade de riqueza mineral, necessária à manutenção do esforço de guerra (KINDER, HILGEMANN, 1968).

Portanto, o interesse estadunidense foi alavancado por esses aspectos, que levaram o governo dos EUA a se posicionar quanto a situação das colônias europeias na África, em 1942, quando o Departamento de Estado estadunidense emitiu documentos que serviram de base aos capítulos XI (Declaração relativa aos territórios não autônomos) e XII (Regime internacional de tutela) da futura Carta da Organização das Nações Unidas, que claramente eram favoráveis à emancipação das colônias e valorizavam a autodeterminação dos povos, e em consequência, a independência desses povos dos colonizadores (KINDA, 1992).

No entanto, logo após o fim da Segunda Guerra mundial, com a política estadunidense do *Europe First Policy*⁶, que além da reconstrução da Europa devastada pelo conflito armado, visava também considerações de segurança dos aliados europeus ocidentais, os EUA viram-se obrigados a refrear o estímulo anticolonialista para as possessões europeias na África, nesse contexto. Essa mudança de posicionamento ficou patente na Conferência de Yalta⁷, quando os EUA preferiram não abordar o tema de autodeterminação dos povos para os africanos. Então, pode-se concluir que o Realismo, na condução da política externa estadunidense prevaleceu, em relação ao fomento das aspirações de independência das colônias europeias na África (GUIMARÃES,2022).

O grande dispêndio financeiro e de articulação de política externa estadunidense na recuperação da Europa ocidental forçou o governo estadunidense a escolher em nome do primado da segurança dos EUA e dos seus aliados europeus, sobre o direito dos povos colonizados à sua emancipação. Além disso, as potências europeias em recuperação alegavam que a manutenção dos seus impérios, incluindo as colônias ultramarinas, era fundamental para a recuperação completa de seus Estados. Os EUA consideravam que os europeus ainda dependiam do acesso às matérias primas de suas colônias africanas para se recuperarem e ainda havia o temor de que se as possessões se tornassem novos Estados,

6 Prioridade Política da Europa quanto a segurança no sistema internacional, propalado pelos EUA após a II Guerra Mundial (KINDA, 1992).

7 As conferências de Yalta e Potsdam reuniram os vencedores da Segunda Guerra Mundial e redefiniram a organização geopolítica do continente europeu. Os Três Grandes (EUA, Reino Unido e URSS) começaram a delinear, nesses encontros, a bipartição do espaço europeu em zonas de influência antagônicas (MAGNOLI, 2017).

que esses poderiam aliar-se à URSS. Portanto, a segurança venceu a tradição anticolonialista dos EUA (GUIMARÃES,2022).

Ainda no pós Segunda Guerra Mundial, o governo dos EUA, confrontado com a escalada de divergências e pressões entre colonialistas e anticolonialistas, principalmente nas reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciou conversações secretas sobre essa matéria, em 1950, em que participaram o Reino Unido e a França, sob a administração estadunidense do presidente Truman. Tais reuniões eram sigilosas, porque os EUA buscavam convencer os Estados europeus colonialistas que os crescentes movimentos nacionalistas africanos irromperiam em embates na busca pela independência, e o respeito à dignidade humana e o desenvolvimento social tinham que ser considerados para esses povos também.

Contudo, publicamente os EUA ainda discursavam que a independência precoce e acelerada das colônias africanas não serviria como panaceia para resolver os problemas de suas populações. A chamada, pelos estadunidenses, de independência prematura da África poderia deixar os novos Estados caírem em mãos de líderes tribais, que também explorariam seu povo. E esses líderes não estavam preparados para proteger seu povo, frente a subversão ou agressão externa. Os EUA propalavam que povos africanos libertos naquele momento significavam um risco para eles e para o mundo livre⁸. Portanto, tal posicionamento estadunidense para a África seguia a mesma linha do que se fazia na Europa Ocidental, já delineando os contornos da Guerra Fria (KINDA, 1992).

Com a mudança de governo estadunidense para a presidência de Eisenhower, ainda na década de 1950, a despeito de uma postura apoiadora para os novos Estados que estavam surgindo no Oriente Médio, inclusive oferecendo ajuda para controlar insurreições internas e proteger de ações de atores externos, a posição em relação aos africanos permanecia a mesma do presidente Truman, ou seja, contrária a independência prematura das colônias na África.

Quando ocorre a crise do canal de Suez, em 1956, os EUA condenam a intervenção franco-britânica e isso aconteceu porque o governo dos EUA questionava a capacidade desses países europeus de defender os interesses ocidentais, naquela situação, frente a uma

⁸ Mundo livre é um conceito disseminado pelos EUA, no contexto da Guerra Fria, que designava os países reconhecidos por serem governados por representantes da maioria dos cidadãos e opostos às ditaduras, que naquele momento eram identificadas com os regimes governados por partidos comunistas (PAUWELS, 2005).

possibilidade de atuação soviética na crise. Esse fato demonstrou uma mudança de atitude nas questões coloniais (FERRO, 2006).

A partir de 1957, notadamente em 1960, até 1966, uma grande quantidade de novos Estados africanos surge, principalmente na área da África tropical. Vários dos novos Estados africanos procuraram se organizar para enfrentar suas debilidades, quando da criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em Adis Abeba, Etiópia, em 1963. Ressalta-se que além de acordos bilaterais com seus antigos colonizadores, por muitas vezes essas novas nações firmavam acordos com os EUA, visando principalmente a manutenção de comércio e apoio na área militar (VISENTINI,2007).

Com essa onda de emancipação, os EUA viram-se obrigados a conviver com realidades paradoxais quanto à África, pois o governo estadunidense não poderia deixar de apoiar as novas nações, com o risco da URSS tomar seu lugar, e a preocupação com a debilidade de alguns Estados europeus em conduzir este processo de descolonização da África, o que conseqüentemente arrastaria os processos de independência de algumas colônias por anos, ceifando vidas humanas e gerando gastos econômicos, como no caos dos processos de independência das colônias portuguesas (TELO, 1994).

Os EUA, por intermédio do Conselho Nacional de Segurança, acabam deixando claro em um novo documento, expedido em 1960, que o continente africano se tornara prioridade, com vistas a uma transição de independência das novas nações africanas de forma ordeira e pacífica. As preocupações eram a manutenção ao acesso às matérias-primas e o controle das comunicações marítimas e aéreas na região africana, que naquele momento eram extremamente importantes, porque o interesse estratégico primordial dos EUA era impedir que os simpatizantes dos comunistas, aliados à URSS, deles se apoderassem, procurando reduzir ou extinguir sua influência (GUIMARÃES, 2022).

Durante o período da Guerra Fria, dos anos 60 a 80 do século XX, a França ainda manteve grande influência militar na África, sendo que, da passagem dos anos 80 para os 90 do século XX, os EUA, que agora estavam agindo diretamente na solução de conflitos no continente africano, acabaram arregimentando como seus aliados, países que anteriormente tinham governos alinhados com o marxismo da URSS, o que acabou mantendo o domínio do mundo ocidental na África (VISENTINI,2007).

Portanto, no período do pós Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 2000, os EUA exerceram influência na África para manter o domínio europeu num primeiro momento, e, quando da eclosão dos movimentos de independência dos países africanos, foi o momento de estabelecer a influência do pensamento capitalista ocidental, numa clara política de equilíbrio de poder com URSS, no contexto da Guerra Fria.

3.2 Os EUA na África dos Ataques Terroristas de 11 de setembro de 2001 até a criação do AFRICOM.

Com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os EUA realizaram uma mudança radical na sua política externa, que afetou as suas relações internacionais com todos os Estados do mundo. No caso do continente africano, esse se transformou numa segunda linha de frente na Guerra ao Terror (GaT)⁹, que foi a principal, e nova política estadunidense nesse período, iniciada sob a presidência de George W. Bush (SCHRAEDER, 2007).

Alguns fatores contribuíram para essa ascensão de importância da África para os EUA, dentre esses podemos destacar as novas doenças que estavam surgindo no continente africano, o temor dos regimes de governo radicais em Estados falhos ou fracos, que poderiam ser nascedouros de células de terrorismo, esse que poderia ser exportado, além do aumento da importância do petróleo africano naquele momento. A crescente influência chinesa na África também um fator importante nessa guinada da política estadunidense para o continente africano. Pois a China demonstrava tanto interesses econômicos (mercados e matérias-primas) como diplomáticos (combater a presença de Taiwan na África). Em 2006 foi realizada em Pequim a primeira Cúpula China-África, com a presença de mais de quarenta líderes africanos e o lançamento de um Plano de Desenvolvimento Chinês para o continente, com investimentos em infraestrutura e ajuda ao desenvolvimento (VISENTINI, 2007).

Um marco importante na parte militar dessa nova política dos EUA para a região africana foi a construção da base estadunidense de Camp Lemonnier, no Djibuti, em 2002.

9 Guerra ao Terror (GaT) – O conceito de guerra contra o terrorismo, que continua até hoje, envolveu múltiplas campanhas em diferentes países e começou em outubro de 2001, quando os EUA lançaram uma guerra no Afeganistão para derrubar o regime talibã, que fornecia refúgio seguro para a organização Al-Qaeda de Osama bin Laden. A Guerra ao Terror (GaT) foi considerada uma declaração de uma sociedade de sua intenção de usar seus recursos para derrotar aqueles que usam o terror, muitas vezes atores não estatais (MINGST, 2018).

Essa base é oficialmente a única dos EUA na África. A base de Camp Lemonnier tem uma posição geográfica privilegiada, tanto para o combate ao terrorismo, quanto à pirataria, pois o Djibuti fica posicionado junto ao estreito de Bab el Mandeb, na entrada do Mar Vermelho, e tem fronteira marítima para o golfo do Áden e terrestre para a Eritreia, Etiópia e Somália. Tal facilidade de posicionamento das forças armadas estadunidenses foi conferida pelo acordo firmado entre os EUA e o Djibuti, que inclui também o acesso e utilização de infraestruturas nesse país africano e ainda, livre movimento das forças militares estadunidenses no território do Djibuti (EUA, 2003).

Ainda em 2002, os EUA lançaram a Iniciativa Pan Sahel (*Pan-Sahelian Initiative-PSI*) que abrangia Chade, Níger, Mauritânia e Mali. O objetivo dessa iniciativa era o fornecimento de treinamento e equipamentos para esses países poderem atender melhor o acompanhamento e a resposta a movimentos suspeitos de pessoal e material dentro de seus territórios e através de suas fronteiras, visando conter as ameaças terroristas que poderiam se formar ou se deslocar para essa região (COPSON,2007).

O PSI era conduzido pelas Forças Especiais dos EUA que estavam adjudicadas ao US *European Command* (EUCOM). Era um programa financeira e geograficamente limitado, frente ao desafio que se pretendia enfrentar. No entanto, o PSI evoluiu, pois os EUA consideraram que deveriam ampliar a área geográfica, abarcando toda a região do Saara, lançando, então, o *Trans-Saharan Counter-Terrorism Initiative* (TSCTI), em 2005, propondo uma verba de 500 milhões de dólares, distribuídos por cinco anos, em substituição do PSI (JONES, 2005).

A TSCTI teve a Nigéria e o Senegal adicionados aos seis países do PSI como participantes subsaarianos, e ainda com Argélia, Marrocos e a Tunísia, que também aderiram. O enfoque era semelhante ao do PSI, mas ampliado, pois também trabalhava na propaganda para os povos dos Estados participantes, sempre desacreditando a ideologia dos extremistas islâmicos. Dentro dessas ações ampliadas, a TSCTI tinha duas vertentes, que eram a militar e a civil, representadas pelas equipes *Military Information Support Teams* e *Civil Military Support Elements* que tinha a atribuição de propagandear o profundo compromisso dos EUA com a África (COPSON,2007).

Os EUA dentro do conceito da GaT também desenvolveram outras iniciativas na África, como outros programas de segurança regional. Mais um exemplo desse é a *East*

African Counter-Terrorism Initiative (EACTI), Iniciativa Contraterrorista do Leste da África, dirigida pelo Departamento de Estado dos EUA que incluía o Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Tanzânia e Uganda. A EACTI direcionou esforços para programas de *law enforcement* e de controle de fronteiras, visando a prevenção de ataques terroristas e rompimento de ligações de redes extremistas nesses países (EUA, 2005).

Destacam-se ainda mais dois importantes programas que surgiram nesse período como o *Foreign Military Financing* (FMF) e o *African Contingency Operations Training and Assistance* (ACOTA). O primeiro foi concebido para permitir os governos africanos considerados amigos, a possibilidade de obterem equipamentos militares e treinamento, com vistas, principalmente, às ações de segurança do Estado, no enfrentamento do terrorismo. Já o segundo, o ACOTA, surge em 2002, como o substituto do *Africa Crisis Response Initiative* (ACRI), criado pela administração do presidente Clinton em 1996. Esse foi construído para ampliar a capacidade dos africanos nas respostas de crises em seus países, proporcionando aos militares desses Estados parceiros, treinamento e materiais essenciais para as operações de paz. Tal programa proporcionava aos seus usuários a aptidão de servir em diversas organizações, como UA e ONU, sendo essencial para o fornecimento de insumos de pessoal e de material para as diversas operações de paz e de apoio ao combate às crises humanitárias na África. O ACOTA foi inserido em 2004 no *Global Peace Operations Initiative* (GPOI) (EUA, 2005).

Um importante motivador do aumento da presença estadunidense na África foi o perceptível movimento da China em direção ao continente africano. A presença chinesa na África se amplia a partir de 1950, com a gênese da República Popular da China (RPC), já dentro do contexto da Guerra Fria. A partir da descolonização africana ocorre uma forte aproximação entre países africanos e a China (RPC). No entanto, durante o governo chinês de Deng Xiaoping (1978-1989), há uma gradual redução nessa relação, em virtude de um movimento de desenvolvimento interno chinês, nesse período. Porém, a partir da década de 90 do século XX, com o rápido crescimento econômico, a China passou a necessitar ainda mais de matérias-primas, principalmente o petróleo, então o governo chinês voltou-se novamente para a África, concretizando-se esse incremento de atenção aos africanos, por intermédio de crescentes investimentos e intensificação do comércio entre África e China.

O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) é criado em 2000, em virtude dessa ampliação das relações, que se tornaram cada vez mais complexas e espraiaram-se pelos campos político e diplomático de alto nível dos governos sino africanos (VISENTINI, 2013).

Portanto, esse crescimento chinês na África, a partir desse momento, inicia uma influência determinante para a postura estadunidense na continente africano, pois gradativamente a relação sino africana impacta os acordos estadunidenses no continente.

O aspecto econômico do petróleo na relação EUA-África teve uma importância ampliada após os Ataques do 11 de Setembro de 2001, pois havia a necessidade de aumentar a participação do petróleo africano nas importações estadunidenses. O *Institute for Advanced Strategic and Political Studies* (IASPS), sediado em Jerusalém, criou um grupo de estudo designado por *African Oil Policy Initiative Group* (AOPIG), constituído por membros de vários departamentos do governo dos EUA, consultores internacionais e companhias petrolíferas. A conclusão desse estudo foi de que os EUA necessitavam diversificar as fontes de petróleo no mundo, a fim de reduzir a dependência do petróleo do Oriente Médio, que naquele momento estava conflagrado e instável, com células terroristas atuando ativamente, o que poderia resultar em cortes de fornecimento desse vital insumo para os EUA (WIHBEY, PAUL e BARRY SCHUTZ, 2002).

Portanto, para os EUA, naquele momento, em virtude de tal interesse no petróleo africano, era importante garantir a segurança nacional na África, principalmente a Subsaariana, grande produtora de petróleo, incluindo as grandes reservas da Nigéria e demais países do Golfo da Guiné. Essa garantia da segurança vinha dos programas e iniciativas já citados neste capítulo, ou seja, mesmo que não houvesse ameaça terrorista nos territórios ou através das fronteiras dos países africanos, os programas também eram motivados pela garantia de estabilidade dos países exportadores de petróleo para os EUA (COPSON, 2007).

Com todo esse histórico de presença exposto, e demonstrados os fatores e aspectos que determinaram a decisão dos EUA, em cada vez mais, ampliar a presença no continente africano, em diversas dimensões do poder, conclui-se que novamente o maior peso nas decisões e iniciativas tomadas foi da busca de equilíbrio de poder no sistema internacional. Num primeiro momento, a manutenção das colônias dos aliados europeus, depois a confrontação com a URSS na África, o surgimento da China como ator de peso no continente

africano e mais recentemente as ameaças de grupos extremistas não estatais. Claramente, não se pode negligenciar o aspecto econômico, que permeou, e influenciou esses posicionamentos. Conseqüentemente, a evolução na dimensão militar do poder foi a força motriz mais evidente nas ações estadunidenses na África, depreendendo-se das iniciativas tomadas.

Como resultado da crescente complexidade das iniciativas foi criado o Comando dos EUA para a África (AFRICOM), que é um comando militar gerado durante o governo de George W. Bush para a defesa dos interesses estadunidenses no continente. A iniciativa foi anunciada publicamente em 2007 e entrou em exercício no ano de 2008. Anteriormente, os assuntos de defesa relacionados ao continente africano ficavam a cargo de outros três comandos em separado: o Norte, Oeste, Centro e Sul do continente africano ficavam sob controle do EUCOM, o comando estadunidense da Europa; o chifre da África ficava sob a responsabilidade do comando estadunidense do Oriente Médio (CENTCOM); e as ilhas do Índico e Madagascar ficavam na área do comando estadunidense do Pacífico (PACOM), conforma a FIG. 1. Com criação do AFRICOM, o governo dos EUA passa a ter um comando combatente para lidar com as ameaças à segurança dos EUA na África (EUA, 2018).

Então, a criação do AFRICOM significou um passo a mais na política de presença militar dos EUA na África. Esse movimento foi planejado pelo governo dos EUA e buscou elevar o patamar das relações estadunidenses com os países africanos, em clara demonstração da preocupação dos EUA com o aumento de importância da África no cenário mundial e a necessária atitude dos EUA, como potência global, em se afirmar nessa parte do globo terrestre, em virtude do crescimento de outros atores exógenos no continente africano, como Rússia e China, além das organizações não estatais poderosas, que se opõem aos estadunidenses, notadamente, os grupos extremistas islâmicos. Portanto, no próximo capítulo, serão descritas e analisadas as ações militares dos EUA na África, já sob a égide do AFRICOM, e sua evolução ao longo do tempo.

4 A ESTRATÉGIA MILITAR DOS EUA NA ÁFRICA E SUA EVOLUÇÃO A PARTIR DA CRIAÇÃO DO *UNITED STATES COMMAND AFRICA* (AFRICOM).

A partir da criação do AFRICOM, nesta parte do estudo, o objetivo é identificar os programas, iniciativas, manobras e exercícios militares realizados pelos EUA na África, ao longo do tempo e a sua evolução até os dias atuais. Após a descrição de tais ações, será realizada uma verificação dos movimentos de evolução ou retração da dimensão de poder militar estadunidense no continente africano.

Após as pesquisas realizadas para este trabalho, a bibliografia disponível normalmente divide a atuação do AFRICOM em ciclos de cinco anos. Nos anos iniciais ocorre uma busca pela maturidade desse comando combatente, nos anos seguintes o AFRICOM apresenta a capacidade operacional plena e, simultaneamente, esse comando combatente se adapta às mudanças de orientação superior, atreladas aos acontecimentos mundiais e a troca de governo nos EUA.

4.1 O AFRICOM em busca de maturidade, nos primeiros anos, da criação até o ano de 2012.

Os EUA, por intermédio de uma ordem executiva do seu então presidente, George W. Bush criou o *United States Command Africa* (AFRICOM), Comando Militar dos EUA para a África, em 6 de fevereiro de 2007. A criação desse comando combatente no continente africano foi precedida de um extenso estudo que, oficialmente, visava a harmonização de esforços do Departamento de Defesa dos EUA, com o Departamento de Estado e demais agências governamentais, tais como Departamentos de Comércio, Tesouro e Justiça, por exemplo, nas ações estadunidenses na África (EUA, 2018).

No início, em 2007, o AFRICOM começou a se organizar como um subcomando unificado ao EUCOM. Com a redução de tropas estadunidenses na Europa houve espaço para a instalação de uma sede do AFRICOM em Stuttgart, Alemanha. Nesse quartel-general, o AFRICOM começou a assumir as missões dos demais comandos combatentes na África. As atividades do AFRICOM se iniciaram em outubro de 2007 (PLOCH, 2011).

O AFRICOM passa a atuar de maneira independente em fevereiro de 2008 (PLOCH, 2011). Esse novo comando ficou em tal momento responsável pelas atividades estadunidenses, predominantemente militares, em toda a África, exceto o Egito, que permaneceu sob a responsabilidade do CENTCOM.

O AFRICOM foi criado para ser um indutor de segurança, visando obter um ambiente político estável e seguro na África em apoio a política externa dos EUA.

Em outubro desse mesmo ano, o AFRICOM recebeu tropas do EUCOM, que se tornaram comandos componentes do AFRICOM, como parcelas do Exército dos EUA na Europa e África, das Forças Navais dos EUA na Europa e África, da Força Aérea dos EUA na Europa e África, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA na Europa e África, e do Comando de Operações Especiais na África, que forneceram além das tropas, materiais e insumos para cumprir as missões no continente africano. Cabe ressaltar que a Força-Tarefa Conjunta do Chifre da África, (*Combined Joint Task Force Horn of Africa – CJTF-HOA*), baseada em Camp Lemonnier, Djibuti, criada em 2002, também foi transferida para o AFRICOM, sendo essa a única base com tropas permanentes, subordinadas ao AFRICOM no continente africano (EUA, 2018).

Esse momento da história da estratégia militar estadunidense para a África foi importante, porque representava um movimento forte dos EUA para ampliar sua atuação no continente africano. Então tal ação gerou reações adversas de muitos atores, dentre os quais os países africanos. Mesmo com a ampliação da presença dos EUA por intermédio da GaT, as relações entre os governos estadunidense e africanos estavam abaladas por uma retração de financiamento militar a 13 países africanos, a partir de 2003, privilegiando ações por tropas dos EUA ou demais aliados não africanos. Então, a reação dos africanos, como por exemplo, os países-membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community – SADC*), foi a de que a criação do AFRICOM era uma estratégia para conter a atuação chinesa na África e para garantir o acesso ao petróleo africano, e os EUA estavam utilizando a justificativa da Guerra ao Terror para disfarçar os seus reais interesses no Continente (JAMIESON, 2009 e PLOCH, 2011).

O temor preponderante dos líderes africanos era o estabelecimento de presença permanente dos EUA nos seus territórios, por meio de estabelecimento de uma base sede para o quartel-general do AFRICOM na África. Conseqüentemente, os países africanos, como

os membros da SADC, dentre outros, negaram antecipadamente a possibilidade de serem a sede oficial do AFRICOM. Em resposta a esse posicionamento, os EUA declararam que não buscavam estabelecer uma base oficial do AFRICOM na África. Em virtude dessa situação, o AFRICOM, mantendo a base sede na Europa, lançou mão da alternativa de trabalhar com os *Forward Operating Sites* (FOS), que são locais para dar suporte às missões a serem desempenhadas, mas com reduzida guarnição estadunidense permanente e sempre em esquema de rodízio de local, e ainda as *Cooperative Security Locations* (CSL), que são bases militares dos próprios países-sede, que são cedidas temporariamente, por intermédio de acordos, sempre em esquema de revezamento dos países-sede, e normalmente sem guarnição estadunidense permanente (GLOBAL SECURITY, 2023).

Portanto, nesse início de organização, o AFRICOM se dividiu em seu quartel-general em Stuttgart, Alemanha, com o efetivo de 1300 militares, além de 1300 militares nos comandos componentes do AFRICOM e 1900 militares na base de Camp Lemonnier, Djibuti, além de um pequeno efetivo nas ilhas britânicas de Ascensão, no Atlântico Sul (PLOCH, 2011), como a distribuição demonstrada na FIG. 2.

Após esse primeiro ano de implementação do AFRICOM, quando os EUA enfrentaram as fortes resistências dos líderes africanos, com as tropas disponíveis e estruturas de comando e controle estabelecidas, tal comando combatente começou a assumir as diversas operações no continente africano, destacando-se nesse momento a CJTF-HOA, baseada em Camp Lemonnier, Djibuti. O auxílio à Operação de Manutenção da Paz da União Africana na Somália (*African Union Mission in Somalia – AMISOM*) era considerado uma das mais importantes missões dessa força-tarefa, pois a presença de grupos extremistas, como o Al-Shabaab, e as marcas no governo dos EUA após a desastrosa operação estadunidense na Batalha de Mogadíscio, em 1993, quando além de mais de 70 feridos, ocorreram as baixas de 18 militares dos EUA, mostrava a importância de auxiliar o governo Somali, sem um envolvimento direto de tropas estadunidenses (FOREST e CRISPIN, 2009).

Antes de seguir na descrição das ações do AFRICOM, é importante frisar que os EUA, diante desse cenário de rejeição ao estabelecimento de um comando combatente na África, começou a agir para que fosse desenvolvida uma imagem positiva e transparente sobre o AFRICOM, principalmente para os países africanos. O principal indutor desse trabalho de melhora da imagem do AFRICOM foi o seu primeiro comandante, General William E. “Kip”

Ward, que inicialmente viajou por toda a África para explicar o propósito de seu comando e pessoal subordinado, além dessa iniciativa houve uma sequência de reuniões diplomáticas com autoridades locais para apoiar o desenvolvimento do AFRICOM.

O General Ward em suas explicações sempre mencionava que o AFRICOM tinha três temas de comunicação, que eram: em primeiro lugar, construir uma equipe multinacional com a participação dos africanos e que essas equipes estivessem rapidamente prontas e treinadas, sempre ouvindo a experiência e aprendendo com os melhores conhecedores do terreno, que eram os africanos. Em segundo lugar, sempre disseminava que o AFRICOM respeitava a soberania dos países africanos, e que o objetivo era desenvolver as capacidades desses países, a fim de que eles proporcionassem a própria segurança. E o terceiro tema era que o AFRICOM estava ali para agregar valor e cooperar com a segurança, sempre buscando não infligir danos e operando conjuntamente com as forças locais, de forma harmônica e consonância com as outras agências não militares envolvidas no processo. Ainda divulgou que o Departamento de Estado dos EUA estaria na liderança da política externa estadunidense (MOELLER e YATES, 2008) e (EUA, 2018).

Esse trabalho desenvolvido pelo General Ward e pelos diplomatas em campo, no continente africano, distenderam as tensões e amainaram as desconfianças dos Estados africanos, que em seguida passaram a cooperar e participar ativamente das missões e iniciativas do AFRICOM, como poderá se constatar no decorrer desta parte do estudo.

Vencidas as resistências iniciais, o AFRICOM iniciou um trabalho de identificação das ameaças que enfrentaria na sua área de responsabilidade. O General Ward, em sua declaração de intenções do comandante, apresentadas anualmente perante o Comitê dos Serviços Armados (*House Armed Services Committee*) do senado estadunidense, realizada em 2008, identificou o terrorismo, dentro do contexto do extremismo violento, como uma das ameaças a serem enfrentadas pelo AFRICOM. A Al-Qaeda estava operacional, por intermédio dos seus afiliados, no leste da África, com o Al-Shabaab, principalmente na Somália, e na área norte-ocidental da África, com a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico. Esses grupos geravam grande instabilidade para os Estados africanos afetados, pois atacavam as estruturas de organização estatal, recrutavam combatentes para atuarem no Oriente Médio, obtinham recursos financeiros por meio de atividades ilegais e criminosas e ainda conduziam ataques a qualquer área de interesse estadunidense identificada nesses locais (WARD, 2008).

Ward (2008) também incluiu a pirataria como uma ameaça a ser combatida pelo AFRICOM, pois essa prática criminosa se valia da fragilidade dos Estados africanos quanto ao controle e segurança de suas infraestruturas ligadas às atividades marinhas e de extração de petróleo, assim como portos, e a própria patrulha de suas águas jurisdicionais. Tal fragilidade era uma oportunidade para grupos terroristas e organizações criminosas perpetrarem ataques a navios, tanto na área do Golfo de Áden, como no Golfo da Guiné.

Outras ameaças identificadas tanto pelo General Ward, como pelo seu sucessor o General Carter Ham, em suas declarações de intenções do Comandante ao senado estadunidense, foram o narcotráfico, as epidemias, o tráfico de seres humanos e de armas, além da presença de Estados falhos, que não possuem um sistema judicial e policial com legitimidade para a sua população (WARD, 2009 e HAM, 2011).

Nesse período de amadurecimento do AFRICOM, em 2009, a CJTF-HOA, baseada no Djibuti, iniciou um esforço para combater a pirataria nas águas litorâneas da Somália. Originalmente a CJTF-HOA tinha a missão precípua de combater o terrorismo na região e apoiar as operações contraterroristas no oriente médio, portanto, o foco era identificar e derrotar grupos terroristas ativos na região. Com a incorporação da CJTF-HOA pelo AFRICOM, a missão dessa força-tarefa passou a ser de uma estratégia de prevenção de conflitos, de forma a promover a estabilidade e segurança nacional, e conseqüentemente, proteger os interesses estadunidenses (PLOCH, 2011).

Então, a CJTF-HOA passou atuar na atividade de inteligência, em proveito as forças navais multinacionais que atuavam nas áreas marítimas contíguas ao leste da África, que eram a *Combined Task Force 150* (CTF 150) e a *Combined Task Force 151* (CTF 151), que atuavam visando a segurança marítima e combate à pirataria. Também prestava assistência aos países africanos da área quanto a supervisão de operações de assistência humanitária e treinamento militar às forças armadas desses países, focados no contraterrorismo e antipirataria. Um bom exemplo foi a criação, no Quênia, da *Ranger Strike Force* (contra-terrorismo) e da *Special Boat Unit* (patrulha de águas territoriais). Houve a criação de um centro marítimo de Mombaça, Quênia, que além de atuar no controle de área marítima no local, serve para o treinamento de países africanos (PHAM, 2011).

Além das atividades militares que já estavam sendo realizadas na África anteriormente à criação do AFRICOM pelos EUA, que tinham a orientação da GaT, portanto

priorizavam o combate ao terrorismo e outras atividades extremistas violentas, com a ativação de tal comando combatente ocorre uma ampliação desse escopo. Percebe-se logo no início do AFRICOM um olhar mais atento para o mar e a nova ameaça da pirataria moderna. Tal novo olhar para o mar vai acompanhar o AFRICOM desde então até os dias de hoje, com uma crescente atividade de segurança marítima nas águas do entorno do continente africano.

Na fase inicial do AFRICOM foi criada a Força de Resposta da África Oriental, *East Africa Response Force* (EARF), subordinada a CJTF-HOA, que é uma companhia de infantaria pronta para se posicionar rapidamente em resposta a uma crise. A EARF é uma iniciativa do exército estadunidense para fornecer ao AFRICOM, forças prontas para serem enviadas dos EUA para missões no exterior, com o apoio da marinha e força aérea estadunidenses (EUA, 2018).

No ano de 2010, o AFRICOM prosseguiu com os programas de exercícios conjuntos com nações africanas, visando ampliar a segurança regional. Nesse ano destacam-se os exercícios da série *Accord*, que eram focados em treinamento para países que fossem contribuir com tropas para operações de paz, sejam da ONU ou da UA, com objetivo de que os africanos cada vez mais assumissem esse trabalho (EUA, 2018).

Já em 2011, o AFRICOM contribuiu com militares conselheiros para a força-tarefa regional da UA para derrotar Joseph Kony e outros líderes do *Lord's Resistance Army* na África central, numa operação que teve uma longa duração, com o intuito de defender as populações locais. Nesse ano destaca-se a Operação *Odyssey Dawn*, que foi uma intervenção realizada para proteger civis na Líbia, de acordo com a Resolução do Conselho de Segurança da ONU. Em tal momento o AFRICOM ainda dispunha de poucas forças designadas para realizar a operação na Líbia, então houve a necessidade de solicitar apoio ao EUCOM e a outros aliados europeus para realizar a missão, mas o comando e controle operacional foram exercidos pelo AFRICOM (PLOCH, 2011) e (EUA, 2018).

No ano seguinte ocorre o ataque a uma representação diplomática estadunidense na Líbia. Para o AFRICOM ficou a responsabilidade de posicionar reforços de tropa na Europa e em Camp Lemonnier, para pronta resposta. Ainda em 2012 foram realizados exercícios de acionamento da EARF visando a proteção de embaixadas dos EUA na África. Outra ação

importante nesse ano é o apoio à Nigéria no combate ao grupo extremista Boko Haram¹⁰, quando o AFRICOM realizou o controle de fronteira desse país, a fim de interromper a entrada ilegal de armas (TELLA, 2016).

O período de amadurecimento do AFRICOM foi marcado pelo incremento das ameaças na África para os EUA, e tal comando combatente é exigido para ações militares de contenção e controle, no entanto, demonstra poucos meios de atender às operações, necessitando naquele momento de apoio de outros comandos combatentes e aliados não-africanos. Essa situação do AFRICOM vai perdurar até a atualidade, pois a despeito de buscar a cooperação com as nações africanas e delas receber apoio, tal esforço não foi suficiente em diversas ocasiões, o que acabou resultando na solicitação de apoio a aliados não africanos e o uso de tropas estadunidenses no terreno.

O dilema de investir na cooperação com parceiros africanos ou utilizar tropas próprias, vai marcar toda a trajetória do AFRICOM. E tal dilema existe principalmente pelos recursos, de toda ordem, adjudicados ao AFRICOM serem insuficientes quanto confrontados com as necessidades de segurança na África.

Nessa fase de estabelecimento do AFRICOM é perceptível a mudança de orientação superior do comando combatente na África, alinhando-se ao novo governo dos EUA, do presidente Obama. Enquanto o presidente George W. Bush tinha como ação de poder prioritária o *hard power*, Barack Obama sempre buscou o *smart power*. Essa mudança reflete-se nas operações e novas iniciativas do AFRICOM. (CAPRARA, 2009). Um bom exemplo disso foi o estabelecimento pelo AFRICOM, de um Grupo de Trabalho de Mulheres, Paz e Segurança, em 2012, diretamente por uma orientação da ONU e de uma Ordem Executiva do Presidente Barack Obama. Esse comitê visa a inclusão de gênero nos assuntos de segurança na África (EUA, 2018).

4.2 O AFRICOM com capacidade operacional plena, e suas operações de 2013 a 2017.

Para uma divisão metodológica dentro dos ciclos quinquenais de desenvolvimento do

¹⁰ Boko Haram é um grupo terrorista que surgiu na Nigéria que tem uma base de fundamentalismo religioso de combate à influência ocidental e de implantação radical da lei islâmica, a sharia. O nome Boko Haram significa “a educação não islâmica é pecado” ou “a educação ocidental é pecado” (PENA, 2023).

AFRICOM, considera-se que o período após a intervenção na Líbia, de 2013 a 2017, é a fase em que esse comando combatente alcança a maturidade e a plena capacidade operacional, tornando-se gradativamente independente do EUCOM.

Em 2013, estabelece-se um governo estável na Somália, que é reconhecido pelos EUA. Esse evento proporciona ao AFRICOM uma maior segurança para continuar a combater as ameaças terroristas, nesse país do leste da África, pois agora conta com a cooperação das forças de segurança somalis. Ainda no combate à Al-Qaeda e ao Al-Shabaab na Somália, o AFRICOM mantém o suporte à Missão da União Africana na Somália (*African Union Mission in Somalia – AMISOM*). Nesse ano, uma nova atuação de destaque do AFRICOM foi o envio de tropas estadunidenses para apoiar as missões de estabilização no Mali. Esse apoio incluiu a Operação *Juniper Micron*, quando o AFRICOM deu suporte às operações antiterroristas francesas no Mali e no Sahel, com missões de reabastecimento aéreo, reconhecimento e logística, dentro do escopo do *Trans-Sahara Counter Terrorism Partnership* (TSCTP), que fora assumido pelo AFRICOM (EUA, 2018).

Nos anos de 2014 e 2015, o AFRICOM teve dois grandes desafios, além das missões e iniciativas já estabelecidas nas fases anteriores. Em primeiro lugar, esse comando combatente estadunidense liderou a maior operação de contingência de saúde até aquele momento, quando apoiou a *United States Agency for International Development* (USAID) no combate ao surto de Ebola, no oeste da África. O outro desafio foi a elevação de patamar orçamentário, com o anúncio de novos programas de parcerias como as *Counter-Terrorism Partnerships Fund*, *African Peacekeeping Rapid Response Partnership*, and *Security Governance Initiative*. O incremento financeiro foi relevante, pois o AFRICOM passou de um orçamento de 50 milhões para 276 milhões de dólares, entre 2007 e 2012 (AHMAD, 2015).

O aumento de orçamento para AFRICOM é importante e substancial para a cumprimento da missão de tal comando combatente. Contudo, representa uma tímida reação dos EUA aos emergentes desafios na África. Incrementar financeiramente os programas de parcerias com nações africanas resultam numa maior eficiência das forças de segurança desses países de uma forma limitada, pois a ampliação de treinamento das forças africanas e viabilização de aquisição de material ficavam muito aquém do necessário para realmente controlar os problemas de segurança na África.

Mais uma vez, quando se verifica o histórico de crises e combates no continente africano, já sob égide do AFRICOM, percebe-se que nessa região do mundo, os EUA acabam sendo primordialmente reativos às dificuldades, sempre economizando suas forças armadas, demonstrando que a África ainda não era prioridade em tal momento.

Nessa fase em que demonstrou a operacionalidade plena, o AFRICOM, nos anos de 2016 e 2017, realizou em cooperação com o governo da Líbia, cerca de 500 ataques aéreos contra os terroristas do Estado Islâmico (ISIS) nas cercanias da cidade de Sirte, mostrando o *hard power* desse comando combatente, mas ressalta-se que a atuação se dá em resposta ao crescimento da violência na Líbia, onde as ações preventivas dos EUA falharam.

A execução do exercício anual *Flintlock*, na edição de 2017, contou com mais de 2.000 militares de 24 países africanos. Foi a décima edição desse exercício militar conduzido pelo AFRICOM, que se destinava ao adestramento das forças de operações especiais africanas, promovia uma cooperação regional dos países africanos das regiões Norte e Oeste da África e reduzia as áreas de livre atuação de grupos extremistas violentos.

Tal exercício também proporcionava o treinamento de comando e controle das missões por parte dos próprios africanos. É um exemplo de sucesso da vertente de treinamento e capacitação do AFRICOM. No entanto, o efeito de atuação sobre os grupos extremistas violentos é limitado, pois condiciona-se à duração do exercício, porque quando da retração das tropas dos EUA, sempre havia uma retomada gradual dos conflitos violentos em certas regiões africanas (EUA, 2018).

Com a capacidade operacional plena, o AFRICOM obteve o comando das ações nas áreas marítimas limítrofes à África. A série de exercícios *Express*, conduzidas pelas forças navais dos EUA na África, priorizou os exercícios de segurança marítima. Na costa leste da África, as operações *Cutlass Express* realizaram os exercícios de interdição marítima e combate à pirataria. As operações *Obangame Express*, que ocorrem nas proximidades da costa ocidental, principalmente no Golfo da Guiné, atuam também em missões de interdição marítima e compartilhamento de informações entre todos os países da área, inclusive com o apoio a estabelecimento de centros de operações multinacionais regionais. O AFRICOM também comandou as operações *Phoenix Express* e a *Saharan Express* que igualmente executaram missões de segurança marítima, ao largo do mar Mediterrâneo e águas próximas ao litoral do norte da África, respectivamente (EUA, 2018).

O Exercício *Obangame Express* é bem completo e permite que as marinhas africanas operem, compartilhem informações e melhorem seus procedimentos de segurança marítima, tendo como referência marinhas mais tradicionais, como a dos EUA, europeias e sul-americanas. O objetivo principal é que as nações do Golfo da Guiné efetivamente monitorem e garantam o cumprimento das leis em suas águas jurisdicionais (EUA, 2018).

Conclui-se que com o AFRICOM mais maduro, a vertente de segurança marítima na África já está estabelecida e ampliada em números de operações navais, voltadas para o controle das águas jurisdicionais dos países africanos e a correta coordenação entre tais países. Nesse campo de atuação de segurança marítima, o AFRICOM, a despeito de suas limitações orçamentárias e de meios, já começa a colher frutos dessas ações, com uma melhor atuação dos países africanos contra a uma ameaça crescente no litoral da África.

A arquitetura de segurança marítima criada pelo Código de laundé, uma forte estrutura regional para compartilhamento de informações e pessoal de segurança embarcado nos navios da região, que será descrita no capítulo 5 deste trabalho, incentivada pelo AFRICOM, conseguiu reunir representantes de 11 Estados do Golfo da Guiné, com o propósito de combater coordenadamente a pirataria (EUA, 2018).

4.3 As ações militares dos EUA com AFRICOM na atualidade, de 2018 até 2022.

O período mais recente do AFRICOM, após o amadurecimento e a obtenção da operacionalidade plena, ocorre simultaneamente com as últimas mudanças de governo estadunidenses, entre presidentes dos EUA, dos partidos democrata e republicano, após um período de oito anos do governo Obama, quando em 2017 assume o presidente Trump, do partido republicano, e em 2021, o governo volta para o partido democrata, com a posse do presidente Biden.

Em tal contexto, o AFRICOM definiu, para o ano de 2018, cinco linhas de esforço para a sua estratégia operacional de atuação, ressaltando que um requisito importante foi a flexibilidade para atender às necessidades específicas de cada região, que são: desenvolver a segurança e estabilidade na África Oriental, degradar as Organizações Extremistas Violentas (*Violent Extremist Organizations – VEO*) nas Regiões do Sahel e Magreb e conter a instabilidade na Líbia, conter e degradar o Boko Haram e o ISIS-África Ocidental, interditar as

atividades ilícitas no Golfo da Guiné e na África Central e desenvolver a capacidade de manutenção da paz, assistência humanitária e em catástrofes dos parceiros africanos (WALDHAUSER, 2018).

Em 2018, o AFRICOM já sinalizava que o estado final desejado da AMISOM era que houvesse uma transição da responsabilidade de segurança do país para o Governo Federal da Somália, com a devida neutralização do Al-Shabaab e a necessária interdição de fluxos ilícitos de armas, drogas e recursos de toda ordem, para sustentar as VEO.

O General Thomas D. Waldhauser (2018), comandante do AFRICOM, em declaração de intenções do comandante, divulgou que, apesar de ter esperança no futuro da África, ele previa uma expansão das VEO nesse continente e que tais atores significavam uma grande ameaça às populações menos privilegiadas dos países africanos. Manter uma pressão militar sobre as VEO é um dos principais objetivos do AFRICOM.

Com o foco no combate às VEO, o AFRICOM conduziu as Operações de Suporte de Informações Militares (*Military Information Support Operation – MISO*) para melhorar a consciência situacional e subsidiar com informações diversos países africanos, notadamente, Quênia, Níger e Nigéria (WALDHAUSER, 2018).

Nessa fase mais recente do AFRICOM permanece o apoio ao G5 Sahel, grupo composto por Burquina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger, que é uma iniciativa contraterrorista conduzida por esses africanos, com a assistência da França.

Além dessa, outras diversas iniciativas se espalhavam pelo continente africano, como o combate ao *Jamaat Nusrat al-Islam wal-Muslimin* (JNIM)¹¹ e grupos extremistas afiliados, o combate ao transbordamento do conflito do Mali, no Oeste e a contenção à instabilidade da Líbia, que contribuiu para o extremismo na região. Há também o apoio a *Multinational Joint Task Force* (MNJTF), composta por forças de Benin, Camarões, Chade, Níger e Nigéria, que coordenam as operações e facilitam o compartilhamento de inteligência contra o Boko Haram (WALDHAUSER, 2018).

Dentre as operações mencionadas pelo AFRICOM nessa fase contemporânea até aqui pode-se verificar a diversidade de Organizações Extremistas Violentas (*Violente Extremist*

11 O *Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin* (Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos — JNIM) é uma coalizão de grupos insurgentes jihadistas salafistas que operam na região do Sahel, na África subsaariana. Formado em 2017, o JNIM expandiu seu território operacional na África Ocidental enquanto realizava uma campanha sustentada de violência contra civis, forças de segurança locais, militares internacionais e forças de paz da ONU (THOMPSON, 2021).

Organizations – VEO), atuando no continente africano, e como tais VEO se expandiram desde a criação desse comando combatente estadunidense. Tal constatação serve de reflexão se as ações preventivas e de treinamento do AFRICOM nas nações africanas realmente estavam surtindo o efeito desejado de contenção dessas ameaças.

Com tal cenário, a conclusão é de que apenas as ações do AFRICOM não estavam sendo suficientes. Cada vez mais as VEO estavam se fortalecendo e quebrando barreiras étnicas africanas, em nome de um extremismo transnacional. Na atualidade, os EUA veem-se obrigados a atuar também com suas tropas na África, pontualmente, nos casos que são julgados mais ameaçadores para os interesses estadunidenses. Essa mudança de abordagem é perceptível em tal fase do AFRICOM.

A importância da base de Camp Lemonnier, no Djibuti, e a crescente presença chinesa nesse país africano, com uma contundente vertente militar, inclusive com a abertura da primeira base naval chinesa no exterior, exatamente no Djibuti leva, conseqüentemente, a grande preocupação estadunidense com a segurança e o livre acesso do AFRICOM ao Djibuti (WALDHAUSER, 2018).

Na parte marítima destaca-se o aumento das ações no Golfo da Guiné contra a pirataria, com a preocupação de ampliar a capacidade de segurança marítima dos países de tal Golfo. A Parceria Africana de Aplicação da Lei Marítima (*African Maritime Law Enforcement Partnership – AMLEP*) foi concebida para apoiar os países na aplicação do Código de laundé (WALDHAUSER, 2018).

Ainda em 2018, a marinha estadunidense conduziu o Exercício *Lightning Handshake*, no norte da África, com Marrocos, que foi o exercício bilateral mais complexo realizado com um país africano até então, demonstrando o aumento de importância dessa região na parte militar estadunidense.

A vertente naval do AFRICOM, em tal momento convivia com uma intensificação dos casos de roubo armado no mar, da pirataria e dos sequestros no mar. Igualmente com o que acontece com o combate às VEO, a abordagem do AFRICOM, nesse momento, foi dar ao poder naval dos países africanos, investimentos de treinamento e de coordenação entre tais nações.

Além disso, o AFRICOM coordenava e dava suporte às operações multinacionais em águas no entorno africano. No entanto, o AFRICOM não vislumbrava uma mudança de

abordagem para o uso intenso de forças próprias no mar, porque diferentemente do que acontecia com o combate às VEO em terra, no mar, um maior número de parceiros não africanos, além da ação coordenada das nações africanas envolvidas, com a ajuda dos mecanismos regionais de segurança, estavam auxiliando o combate à pirataria, como poder-se-á constatar ao longo deste estudo.

Uma ação importante do Departamento de Defesa dos EUA em relação à África ocorre em 2018, que é a proposta de um acordo militar (*Status of Forces Agreement – SOFA*) com o governo de Gana, no valor de 20 milhões de dólares estadunidenses. Tal acordo visava ampliar a presença estadunidense nesse país africano. O SOFA, assinado em maio de 2018, deixava clara a possibilidade de estabelecimento de uma instalação estadunidense em Gana. Além disso, as tropas dos EUA em Gana obtiveram a permissão de porte de armamento no território ganês, quando em serviço oficial, com o mesmo tratamento dado às missões diplomáticas no país (INSTITUTE FOR SOCIAL RESEARCH, 2021).

Com o SOFA houve fortes reações populares e de setores políticos de oposição em Gana, motivadas por ser uma cessão da soberania do país aos EUA, no entender de tais setores ganeses. Inclusive, a presença estadunidense no aeroporto de Kotoka, em Gana, tornou-se frequente, com voos semanais oriundos da Alemanha, para prover a logística às tropas dos EUA na África. Os militares estadunidenses consideravam esses voos semanais como uma rota permanente, dentro da cooperação SOFA. Pode-se concluir que Kotoka é uma base temporária logística dos EUA na África Ocidental (WILLIANS, 2019).

Quanto a esse aspecto de acordos com países africanos para o suporte às missões do AFRICOM, igualmente ao período inicial e de amadurecimento desse comando combatente, mais recentemente, permanecem as grandes resistências ao estabelecimento de bases temporárias militares do AFRICOM no continente africano, mesmo sendo tais bases temporárias no modelo CSL, de acordo de concessão.

O presidente dos EUA, Donald Trump assina a nova estratégia dos EUA para a África em dezembro de 2018, que se concentra nos acordos econômicos com os Estados africanos, visando a competição de poder com atores externos, como China e Rússia. Essa nova estratégia tem o objetivo de proteger os EUA de ameaças transfronteiriças à saúde e à segurança e apoia o progresso dos Estados africanos em direção à estabilidade e à governança responsiva aos cidadãos.

A estratégia dos EUA para a África busca na vertente econômica os mesmos objetivos anteriores do AFRICOM, que são aumentar a influência dos EUA, proteger o pessoal e as instalações dos EUA e garantir o acesso estadunidense no continente africano. Com base nas Estratégias de Segurança e Defesa Nacional, o Plano de Campanha do AFRICOM foi atualizado com os seguintes objetivos: fortalecer as redes de países-parceiros, melhorar a capacidade dos países-parceiros, desenvolver a segurança na Somália, conter a instabilidade na Líbia, manter o apoio no Sahel e na Região do Lago Chade e definir o teatro prioritário na África, para facilitar as atividades diárias, resposta a crises e operações de contingência (WALDHAUSER, 2019).

Um aspecto importante a ser considerado é o recorrente tratamento diferenciado que a China e a Rússia têm na definição das intenções de manobra dos comandantes do AFRICOM. O General Waldhauser (2019), comandante do AFRICOM, cita que tal comando combatente dos EUA na África também desempenha um importante papel, na condução das prioridades citadas na Estratégia de Segurança e Defesa Nacional dos EUA, a qual determina que a recente ascensão da China e a influência da Rússia na África, torna esses países os principais concorrentes dos EUA.

O General Waldhauser ainda afirma que o principal interesse chinês na África é obter maior acesso aos recursos naturais do continente, ter livre acesso aos portos e estabelecer comércio, ampliando seu mercado. E exemplifica essa intenção chinesa com o movimento de países africanos em aderir, como associados, à Iniciativa da Rota da China (*Belt and Road Initiative* – BRI), quando essas nações receberam promessas de investimentos em diversas áreas e que esse acordo desafia as próprias parcerias estadunidenses no continente africano. (WALDHAUSER, 2019).

Essa competição dos EUA com a China na África se dá pela atuação das empresas chinesas, que têm de forma consistente superado as condições oferecidas pelas empresas ocidentais. Segundo John R. Bolton (2019), Conselheiro de Segurança Nacional do governo do presidente Trump, dos EUA, a nova Estratégia Africana do governo estadunidense descreveu a situação como uma competição, na qual os grandes concorrentes de poder, que são a China e a Rússia, estão ampliando a influência financeira e política na África. E tais concorrentes estão direcionando recursos de investimento para a região, com o intuito de obter vantagem competitiva com os EUA.

A Rússia foi abordada novamente por Waldhauser (2019), como um crescente desafio aos EUA na África, pois possui uma abordagem mais militar de presença, porque emprega conselheiros militares para os governos africanos, que podem ser considerados mercenários, o que resulta em uma facilitação ao acesso aos recursos naturais africanos para os russos.

Há também o escambo de recursos minerais por armas para a manutenção de governos autocráticos, como ocorre na República Centro-Africana (RCA). A Rússia, com investimentos reduzidos, consegue alavancar sua influência na RCA, por meio do uso de mercenários, como o Grupo Wagner, que recebe em troca, poder político e econômico, que beneficie seus líderes. A Rússia atuava nessa época na Líbia, com acordos econômicos e militares, para poder acessar as vastas reservas de petróleo líbio em troca de fornecimento de armas, e ainda ter uma posição estrategicamente importante, com fácil acesso ao sul da Europa.

Waldhauser (2019) opina que a Rússia claramente pretende oferecer seu modelo de segurança, com o apoio de mercenários, para outros líderes africanos que estejam necessitando de ajuda para pacificar seus países. Portanto, tal ação russa é preocupante pois, na percepção de ausência de parceiros fortes, os africanos podem achar o modelo russo de segurança atraente.

A conclusão é que as ações chinesas e russas têm natureza global e transfronteiriças, o que obriga um esforço de coordenação entre o PACOM, EUCOM e o AFRICOM, para defender os interesses estadunidenses nessa parte do mundo. O que torna ainda mais complexa a questão de influência desses atores exógenos. (WALDHAUSER, 2019).

A base naval da China, localizada no Djibuti, estava gerando grandes preocupações para o AFRICOM, porque localiza-se a pouca distância da Base de Camp Lemonnier, e está promovendo desafios de coordenação de espaço aéreo. As solicitações de coordenação foram enviadas ao governo do Djibuti, a fim de garantir a segurança das operações na área (WALDHAUSER, 2019).

Também foi observado um aumento de envolvimento na África de atores não tradicionais, como Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos e Turquia. Ainda nesse tópico, declara que o AFRICOM se esforça para garantir que os EUA continuem sendo o principal parceiro dos países africanos (WALDHAUSER, 2019).

Agora o que se observa, além da expansão das ameaças das VEO e da pirataria, é a competição que os EUA estão enfrentando com a China e Rússia na África. Os relatos do AFRICOM exibem grande apreensão e preocupação com a manobra franca desses atores exógenos na África. Tal tensão perdura até os dias atuais e extrapolam a dimensão de poder militar. Pode-se concluir que ainda mais o AFRICOM se vê com recursos limitados para atuar nesse novo cenário. A chamada nova guerra fria¹² está em curso na África.

Dentre as VEO que o AFRICOM combatia em conjunto com os africanos destacam-se as ações contra o Al-Shabaab e o ISIS-Somália que prosseguiram em 2019. As atividades das forças do AFRICOM serviram de apoio para dispersar a liderança do Al-Shabaab e do ISIS-Somália, sendo essas ações em coordenação com o Governo Federal da Somália e com o comando da AMISOM, a fim de reduzir ameaças e contribuir para a estabilização do país. O AFRICOM estava nesse momento apoiando um plano de transição da AMISOM para transferência de responsabilidade da segurança da Somália até 2021 (WALDHAUSER, 2019).

No balanço das ações na parte de segurança marítima da África, em 2019, Waldhauser detalha que no Golfo da Guiné é mantida a prioridade estratégica de combate à pirataria e demais atividades ilícitas pelo mar. Como exemplo de incremento de cooperação, a marinha estadunidense realizou a Operação *Junction Rain* e demais operações da série *Express*, as quais têm sido fundamentais para o sucesso no combate à pirataria e para enfrentar a ameaça crescente do tráfico de drogas, armas e pessoas na região. Os esforços de cooperação têm resultado na queda das ocorrências de incidentes de pirataria nessas águas em 2018 (WALDHAUSER, 2019).

Tal queda de ocorrências de pirataria no Golfo da Guiné se apresenta no final de 2018 e início de 2019. O resultado é animador e decorre principalmente do fator coordenação entre os países africanos, da decisiva participação de parceiros não africanos, aliados dos EUA e do suporte do AFRICOM.

No ano de 2019 ocorre a passagem de Comando do AFRICOM para o General Stephen J. Townsend, que seguiria no cargo até agosto de 2022, e que registrou importantes ações durante a pandemia do COVID-19, reagiu às recentes crises que assolaram o mundo e ajustou-se à mudança de orientação governamental dos EUA.

12 Nova guerra fria – Termo utilizado por alguns acadêmicos como uma segunda Guerra Fria entre EUA e China. Porque líderes de ambos os partidos nos EUA mostram-se belicosos em relação à China e Xi Jinping promete dominar o século (BROOKS, 2023).

Durante um depoimento ao senado estadunidense, o General Townsend, comandante do AFRICOM, afirmou que o seu comando combatente tem uma presença leve e, relativamente, de baixo custo no continente africano. No entanto, chegou ao domínio público um documento do AFRICOM, de 2019, que descreve essa presença estadunidense como 29 bases temporárias, localizadas em 15 países ou territórios diferentes, no continente africano. Abaixo segue o QUADRO 1, de tais bases do AFRICOM.

QUADRO 1

Bases temporárias do AFRICOM, com presença duradoura e não duradoura.

Cidade e País com presença duradoura	Cidade e País com presença não duradoura
Chebelley, Djibuti	Bizerte, Tunísia
Camp Lemonnier, Djibuti	Arlit, Níger
Entebbe, Uganda	Dirkou, Níger
Mombassa, Quênia	Diffa, Níger
Manda Bay, Quênia	Ouallam, Níger
Libreville, Gabão	Bamako, Mali
Santa Helena, Ilha da Ascensão	Garoua, Camarões
Acra, Gana	Maroua, Camarões
Ouagadougou, Burkina Faso	Misrata, Líbia
Dakar, Senegal	Tripoli, Líbia
Agadez, Níger	Baledogle, Somália
Niamey, Níger	Bosasso, Somália
N'Djamena, Chade	Galcayo, Somália
	Kismayo, Somália
	Mogadíscio, Somália
	Wajir, Quênia

Fonte: The Intecept (TURSE, 2020).

As bases temporárias com presença dos EUA, se dividem em bases temporárias com presença duradoura, ou seja, com uma guarnição estadunidense permanente, mesmo que reduzida e com um maior uso, por parte do AFRICOM, que seriam as *Forward Operating Sites* (FOS) e as demais, que são as de presença não duradoura, de uso esporádico, seriam as *Cooperative Security Locations* (CSL), termos já definidos anteriormente neste estudo do

AFRICOM. Apesar da base de Camp Lemonnier estar na lista como uma FOS, tal base é, em todos os sentidos, uma base permanente.

Pela quantidade de bases temporárias na África com presença estadunidense, conclui-se que os EUA é o Estado exógeno com a maior escala absoluta de presença militar no continente africano, atualmente. Essa escala de influência militar estadunidense acaba resultando numa capacidade dos EUA em defender seus interesses na África, em qualquer dimensão de poder, pois os países anfitriões acabam pressionados a negociar sempre, pela anuência dos EUA em outras áreas, em virtude do peso da presença militar desse ator externo em seus países (INSTITUTE FOR SOCIAL RESEARCH, 2021).

Segundo o *Institute for Social Research* (ISR), as forças militares dos EUA cumprem duas tarefas principais na África, que são: ser garantidor dos interesses corporativos de suas grandes empresas e ser o guardião da manutenção dos princípios do capitalismo ocidental, e nessa tarefa é auxiliado por forças militares de outros atores ocidentais, como a França. (ISR, 2021).

Como referência a esse argumento, o ISR citou a Política Nacional de Energia Estadunidense, produzida pelo Grupo Nacional de Política Energética, chefiado por Dick Cheney, ex-Vice-Presidente dos EUA. Essa política direciona a postura estadunidense na África para uma reação ao incremento do interesse chinês nesse continente, que se observa no setor comercial, seja privado ou público, na atualidade (ISR, 2021).

Townsend (2020) define a abordagem estratégica do AFRICOM em três vertentes: realizar parcerias de sucesso com as nações africanas, competir com outros atores poderosos externos à África, em busca da vitória, e manter sob pressão todas as redes extremistas violentas no continente africano.

Dentre as iniciativas duradouras do AFRICOM, destaca-se o Programa de Parceria Estatal (*State Partners Program – SPP*), conduzido pela Guarda Nacional dos EUA que é um dos mais importantes, porque congrega 15 países africanos, que possuem unidades da Guarda Nacional dos EUA, que realizam treinamento e aperfeiçoamento das forças de segurança desses países (TOWNSEND, 2020).

As VEO continuam a ser a maior ameaça na África e observa-se uma expansão rápida, pois muitos países ainda têm uma governança fraca e populações com muitas vulnerabilidades. Os EUA também consideram as VEO como um risco para os

estadunidenses, tanto na África, como em outras regiões e até com aspirações de ataques em território estadunidense. Uma dessas organizações mais ativa nesse momento é o Al-Shabaab, que aumenta gradativamente as atividades cinéticas na Somália, contra o governo Somali e instalações estadunidenses. Tanto que os líderes dessa VEO publicamente identificaram os EUA como alvo prioritário (TOWNSEND, 2020).

Um evento de grande impacto nessa época ocorreu em janeiro de 2020, quando o Al-Shabaab realizou um ataque à forças estadunidenses na Base Naval de Manda Bay no Quênia (*Kenya Navy Base Manda Bay*) que vitimou três estadunidenses e demonstrou a determinação e capacidade do Al-Shabaab de atacar os EUA, fora da Somália (TOWNSEND, 2020).

Sob o comando do General Townsend é verificada uma ampliação das parcerias com países africanos, no entanto, o efeito dessa postura frente aos desafios de segurança contra as VEO e outros atores competidores dos EUA na África não é proporcional. Ao longo desse período de Townsend é perceptível a queda de eficiência das parcerias do AFRICOM.

Agora, quanto a China e a Rússia, tais Estados fazem pouco para este controle das VEO na África, pois mantém as vendas de armas com o objetivo puramente financeiro, sem estudar as consequências. Por outro lado, esses atores exógenos, concorrentes dos EUA, oferecem para os governos assolados pelas VEO, treinamento, armas e mercenários. Portanto, na falta de assistência dos EUA nesse combate às VEO, alguns países africanos têm recorrido à China e à Rússia, o que enfraquece a posição estadunidense na África.

O AFRICOM percebe pouco progresso da comunidade internacional na contenção das VEO na África, por falta de coordenação e equilíbrio nos investimentos nas linhas de ação propriamente militares e não-militares(TOWNSEND, 2020).

A parte naval do AFRICOM cresce a cada dia de importância e é o setor que mais resultados positivos apresenta. A África é considerada como o guardião estratégico de pontos focais das linhas marítimas de comunicação, principalmente na parte sul do Mar Mediterrâneo, no Mar Vermelho, no Estreito de Bab El Mandeb e no Canal de Moçambique. Esses pontos são essenciais para o comércio global e vias de comunicação fundamentais para a maior parte dos comandos combatentes dos EUA.

Nesse assunto o AFRICOM registra preocupação como exercício naval MOSI, ocorrido em 2019, e que envolveu as marinhas chinesa, russa e sul-africana, com destaque para o envio de bombardeios estratégicos russos para a África do Sul (TOWNSEND, 2020).

No ano de 2020 novamente o AFRICOM desenvolve um novo plano de campanha, alinhado à Estratégia de Defesa Nacional estadunidense, com foco em quatro objetivos: obter e manter a influência estadunidense nos parceiros africanos estratégicos, buscar interromper as ameaças representadas pelas VEO aos EUA e seus interesses, responder às crises na África que afetem os interesses dos EUA, coordenar ações com aliados e parceiros para a segurança (TOWNSEND, 2021).

Esse ano também marcou o AFRICOM pela pandemia de COVID-19, que adicionou complexidade nos desafios da missão do comando combatente, mas demonstrou oportunidades na África. As forças do AFRICOM permaneceram desdobradas no continente africano e prosseguiram com as operações e iniciativas, dentro dos limites que as medidas de proteção da saúde às tropas permitiam. O AFRICOM atuou diretamente no combate e contenção da pandemia em 43 países, incluindo a doação de cerca de 500 milhões de dólares estadunidenses, em suprimentos médicos (TOWNSEND, 2021).

Novamente, identifica-se um aumento do peso da presença militar estadunidense na África. No entanto, tal aumento se dá por intermédio de operações próprias das forças armadas estadunidenses, em detrimento das iniciativas de cooperação que nortearam o nascimento e amadurecimento do AFRICOM.

As iniciativas de cooperação prosseguem, como os exercícios *African Lion*, com a participação de diversos países africanos, no entanto, surgem novas operações das próprias forças armadas estadunidenses, mesmo que em operações conjuntas, como por exemplo a Operação *Octave Quartz*, na Somália, em dezembro de 2020, quando o AFRICOM comandou uma força multinacional com 13.400 militares, demonstrando o novo enfoque de presença dos EUA na África.

Nesse ano de 2020, a China superou os EUA quanto as atividades não militares conduzidas na África. Um indicador destacado é que a China possuía 52 embaixadas na África, três a mais que os EUA e prossegue expandindo sua base naval no Djibuti com a conclusão da construção de um grande píer (TOWNSEND, 2021).

Quanto a Rússia observa-se um maior crescimento das empresas militares privadas russas no continente africano. Um bom exemplo é a derrubada de uma aeronave não tripulada estadunidense na Líbia, em novembro de 2019, com o uso de sofisticado sistema de defesa antiaérea russo. Além dessa ocorrência, o AFRICOM detectou a presença de aeronaves de caça russas de alto desempenho na Líbia (TOWNSEND, 2021).

Surge de maneira contundente uma nova ameaça à África e ao AFRICOM com o crescimento das capacidades militares iranianas, com o apoio do Irã aos *Houthis*¹³ do Iêmen, o que eleva a tensão da navegação no Mar Vermelho e proximidades do Golfo de Áden. Conseqüentemente, o AFRICOM solicitou ao governo estadunidense e teve um incremento do orçamento, para ampliar a proteção da base de Camp Lemonnier, no Djibuti. O AFRICOM enfrenta então quatro das cinco principais ameaças aos EUA, identificadas na Estratégia de Defesa Nacional estadunidense: China, Rússia, Irã e organizações extremistas violentas (VEO) (TOWNSEND, 2021).

A África oriental, por sua proximidade com o Oriente Médio, tem características próprias quanto aos problemas de segurança. Por essa parte do continente africano é que se infiltram as VEO mais organizadas e com suporte financeiro continuado. A porta de entrada dessas VEO são os Estados falhos da região. A Somália é o principal portal de entrada dessas VEO, e as mesmas são apoiadas financeiramente por grupos que estão posicionados no Oriente Médio, e com o recebimento de suporte por empresas fornecedoras de armamento e munição.

Portanto, o AFRICOM acaba tendo que lidar com o combate às conseqüências desses movimentos na África Oriental. Essa abordagem dos EUA acaba sendo insuficiente no controle destas VEO na África. O que se verifica é sempre uma tentativa de contenção no local, em coordenação com as forças africanas, o que resulta em ações pontuais, sem atacar as origens do problema ou estrangular o fluxo logístico dessas ameaças.

Na parte marítima em 2021, a China surge como uma grande investidora na infraestrutura de pesca industrial de larga escala no Golfo da Guiné. Tal movimento chinês

13 Movimento *Houthi*, nome formal *Ḥarakat Anṣār Allāh*, movimento militante no norte do Iêmen, originalmente liderado por Hussein Badr al-Din al-*Houthi*, que foi um político iemenita e ativista da seita Zaiditas do Islã. O movimento (árabe *ḥarakat*) se autodenomina *Anṣār Allāh* (“Defensores de Deus”); o termo popularizado “movimento *Houthi*” refere-se ao seu fundador carismático. Desde 2004, persiste em uma rebelião armada intermitente contra o governo internacionalmente reconhecido do Iêmen (ZEIDAN, 2023).

demonstra a pretensão econômica desse ator na África e acaba por servir de cobertura para o aumento do acesso militar chinês nessa região (TOWNSEND, 2021).

O AFRICOM prossegue com as iniciativas que resultaram no sucesso do controle de casos de pirataria e roubo armado no mar. O exercício que representa bem a busca pela capacitação das nações africanas do Golfo da Guiné é o *Obangame Express*. O General Townsend (2021), no entanto, julga que o exercício com periodicidade anual é insuficiente, e sugere uma força-tarefa marítima multinacional permanente.

A partir desse momento, o AFRICOM busca com maior intensidade a participação de parceiros não africanos nas ações de segurança marítima nas costas africanas por temer que ocorra um recrudescimento das atividades criminosas pelo mar, como acontece com as VEO em terra. O objetivo do AFRICOM é não perder o controle da segurança das águas contíguas à África que foi conquistado até então. O AFRICOM acredita que deverá haver incremento nas ações para que se mantenha o grau de segurança alcançado na segurança marítima. Portanto, além desse chamado aos parceiros para operações multinacionais, o AFRICOM ampliaria a presença de meios navais estadunidenses nas águas africanas.

Então, o AFRICOM recebeu um novo navio base expedicionária, o USS *Hershel "Woody" Williams*, em agosto de 2020, para operar na África Ocidental. Tal navio realizaria mais ações de segurança marítima em menos de dois anos, do que nos cinco anos anteriores à sua chegada à África (TOWNSEND, 2022).

Desde 2020 o programa de exercícios conjuntos do AFRICOM sofreu cortes orçamentários, que resultaram no cancelamento de três exercícios na África em 2022. Essa mudança de postura dos EUA, de priorizar o orçamento para operações próprias na África é criticada pelo General Townsend (2022), que acredita ser fundamental manter o programa de exercícios conjuntos com os parceiros africanos, a fim de aumentar a eficácia de tais parceiros, impedir a influências de atores exógenos ou mesmo das VEO e manter os EUA como o principal parceiro de escolha dos africanos, posição que ele teme que os EUA percam, com essa nova orientação estratégica.

Nesse período, houve um enfraquecimento das VEO no norte da África, porém ocorreu um aumento das atividades das VEO nas áreas subsaarianas, com o crescimento de organizações extremistas violentas que já existiam e o surgimento de novas filiais do ISIS (TOWNSEND, 2022).

Em agosto de 2022 o General Michael Langley assumiu o comando do AFRICOM, já sob a presidência de Joe Biden, e com o desafio de fazer frente ao incremento de ameaças aos EUA na África, sem contar com uma sinalização de aumento de prioridade de seu comando combatente, por parte do novo governo dos EUA.

O AFRICOM atuou fortemente na ajuda aos necessitados de alimentos na África em 2022. Esse desabastecimento ocorre como consequência da guerra entre Rússia e Ucrânia, e tal situação agravou os desafios deixados pela pandemia de COVID-19. Nesse contexto, o AFRICOM se ressentiu de investimentos financeiros para cobrir essas ações e avalia que há risco de que uma crise inesperada na África tenha que ser combatida com recursos extras, muitos mais vultosos do que seriam gastos numa prevenção e acompanhamento (LANGLEY, 2023).

Em maio de 2022, o AFRICOM moveu tropas próprias para a Somália, com a autorização do congresso estadunidense e do Presidente Biden. Essa operação visou aumentar a pressão da repressão ao Al-Shabaab. O governo da Somália prossegue travando um combate duro contra o Al-Shabaab e conta com apoio de diversos atores locais e estrangeiros, como tropas do Reino Unido, Turquia, ONU, União Europeia e da missão da UA que substituiu a AMISOM, que é a Missão de Transição da União Africana na Somália (*African Union Transition Mission in Somalia – ATMIS*).

O mandato da ATMIS prevê uma redução gradual da presença de suas tropas até sua saída do território somali, no final de 2024. O AFRICOM realizou 15 ataques aéreos contra o Al-Shabaab em 2022, em apoio às tropas somalis, além de um ataque aéreo de precisão que resultou na morte de um terrorista considerado de alto valor dessa organização extremista violenta (LANGLEY, 2023).

O AFRICOM nesse ano de 2022 ampliou o monitoramento das atividades chinesas na África, que só tem se intensificado. Além da clara ameaça que a base naval chinesa em Doraleh já representa, a China tem alavancado seu poder econômico na África com o objetivo de defender seus interesses de acesso aos recursos naturais do continente africano, sejam minerais ou de pesca. Já nos dias de hoje, pelo menos um terço dos navios pesqueiros do mundo envolvidos em pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (*Illegal, Unreported and Unregulated – IUU*) são chineses. Essa pesca predatória afeta as comunidades africanas no presente e afetará ainda mais no futuro (LANGLEY, 2023).

Além das ameaças marítimas como a pirataria, a pesca IUU liderada pelos chineses é uma ameaça real aos africanos. O AFRICOM tem atuado contra essas ações com o apoio de parceiros internacionais, e o General Langley cita expressamente o Brasil, além da Alemanha, Coreia do Sul, França, Japão, ONU e a UE que operam no reforço da consciência marítima das forças parceiras africanas e no incremento das capacidades de fiscalização.

Após a descrição das ações, iniciativas, operações e da evolução da estratégia do AFRICOM, no seu período de existência, é inegável uma ampla evolução na estrutura desse comando combatente. No entanto, em muitos momentos há retração de orçamento e necessidades emergenciais de suplementação financeira e de material. Conclui-se que a África não tem a mesma prioridade da Europa, Oriente Médio e do Indo-pacífico para os EUA, pois o seu modelo de presença é muito menor, de modo temporário e pulverizado por todo continente. Contudo, é notória a preocupação estadunidense de manter-se hegemônico na África, frente ao crescimento pujante de China e Rússia, além da necessidade de contenção das VEO.

Os EUA, ao longo do espaço temporal considerado, ampliaram seu envolvimento na África, entretanto não pode dispor dos recursos ideais para manutenção do seu poder militar nesse continente. Essa falta de recursos representa uma oportunidade para o Brasil atuar mais assertivamente nesse cenário, principalmente junto às nações da costa ocidental, que fazem parte do entorno estratégico brasileiro. Há que se considerar a participação da UA e demais mecanismos regionais na geopolítica africana, para vislumbrar qual seria uma possível postura brasileira para a África.

Na próxima parte deste estudo serão descritas as relações da UA e demais mecanismos regionais com os EUA e demais atores presentes na África, para possibilitar uma descrição dos desdobramentos da estratégia dos EUA para o Brasil, que será apresentada no último capítulo deste trabalho.

5 AS RELAÇÕES DA UA E MECANISMOS REGIONAIS DA ÁFRICA COM OS EUA E DEMAIS PAÍSES NÃO AFRICANOS NA ÁREA MILITAR.

Nesta parte do trabalho será feita uma descrição da estrutura militar da UA e dos mecanismos regionais africanos, expondo as interferências e consequências do que os EUA e outros atores externos realizam em tal dimensão de poder na África.

Essa verificação das estruturas militares africanas é fundamental para o entendimento da evolução de tais organizações, as lacunas que persistem em suas estruturas e operações e, ainda, como ocorre a atuação dos EUA e outros atores exógenos em conjunto ou interferindo em tal estrutura.

Ao final deste capítulo será descrita a atuação da Arquitetura de Paz e Segurança Africana nos assuntos marítimos, que este autor destaca pois, durante a pesquisa, foi o aspecto da dimensão militar do poder com maiores deficiências e lacunas apresentadas pela UA e mecanismos regionais, e que pode ser uma oportunidade para a atuação brasileira na África.

5.1 A UA, os organismos regionais africanos e a Arquitetura de Paz e Segurança Africana.

A UA é um organismo multilateral que congrega todos os 55 países africanos, com a observação que Marrocos ficou fora da UA, entre 1984 e 2017. Tal organismo tem origem na Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963, dentro do conceito de pan-africanismo¹⁴. A UA foi criada em julho de 2002, numa conferência da OUA, em Durban, África do Sul, após uma decisão de mudar os objetivos e a estrutura da organização, de apoio à libertação definitiva dos países africanos do colonialismo e combate ao *apartheid* para a liderança do desenvolvimento e integração da África (UA, 2022).

A UA com essa nova estrutura, além de diversos outros mecanismos para diferentes áreas de atuação, para a dimensão militar desenvolveu o Conselho de Paz e Segurança (CPS), que é o centro da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), a qual tem a finalidade de promover a paz, segurança e estabilidade na África (UA, 2022).

¹⁴ Pan-africanismo é uma ideologia que postula a união dos povos, de todos os Estados do continente africano, na luta contra o preconceito racial e os problemas sociais, com o objetivo de buscar as soluções para esses problemas (PERCÍLIA, 2023).

O CPS é um órgão permanente na UA, e tem o poder de tomada de decisão para a prevenção, gestão e resolução de conflitos. O CPS tem como missão o estabelecimento de uma segurança coletiva africana e a execução de uma sistemática de alerta antecipado às situações de crises nos países associados, a fim de facilitar a pronta resposta a tais situações adversas. O CPS é dotado, por seu protocolo constitutivo, de poderes comparáveis aos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no âmbito continental africano (SANTOS, 2011).

O CPS deriva do Mecanismo de prevenção, gestão e resolução de conflitos da OUA, e é composto por 15 representantes de países-membros, que são eleitos pela UA, e são distribuídos regionalmente como: África Central: três assentos; África Oriental: três assentos; Norte de África: dois assentos; África Austral: três assentos e África Ocidental: quatro assentos (UA, 2022).

A APSA foi concebida para fazer uma abordagem abrangente sobre as questões de segurança no continente africano, de forma coordenada entre os países-membros, a UA, as Comunidades Econômicas Regionais (CER)¹⁵ e Mecanismos Regionais (MR) para prevenção, gestão e resolução de conflitos.

A APSA, além do CPS, possui mais quatro mecanismos que são o Painel dos Sábios (*Panel of the Wise – POW*), o Sistema Continental de Alerta Antecipado (*Continental Early Warning System – CEWS*), a Força Africana de Alerta (*African Stand-by Force – ASF*), (Esses três mecanismos coordenados pela Comissão da União Africana (CUA) ou (*African Union Commission – AUC*) e o Fundo da Paz (UA, 2022).

A APSA apresenta duas esferas de decisão e atuação, que são as comandadas e coordenadas pela UA, e a categoria de decisão das CER e dos MR, que atuam em tal arquitetura, dentro de suas regiões de responsabilidade e em coordenação com os Estados envolvidos.

15 A UA reconhece oficialmente a existência de oito Comunidades Econômicas Regionais: a Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos (*Communauté des États Sahélo-Sahariens – CEN-SAD*), a Comunidade Econômica dos Estados Centro-Africanos (*Economic Community of Central African States – ECCAS*), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (*Common Market for East and Southern Africa – COMESA*), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States – ECOWAS*), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (*Inter Governmental Authority for Development – IGAD*), a Comunidade de Desenvolvimento Sul-Africana (*Southern Africa Development Community – SADC*), a União do Magrebe Árabe (*Union du Maghreb Arabe – UMA*) e a Comunidade Leste-Africana (*East Africa Community – EAC*) (SANTOS, 2011).

As CER evoluíram de organizações que apenas tratavam dos aspectos políticos, econômicos e sociais para também envolverem-se em questões de segurança (SANTOS, 2011).

A APSA e seus mecanismos na UA estão representados pela FIG. 3.

Tal evolução das CER se deu por intermédio do memorando de entendimento assinado entre a UA, as oito Comunidades Econômicas Regionais e os Mecanismos de Coordenação das Forças de Pronto Emprego do Leste e do Norte da África, celebrados em janeiro de 2008 (SANTOS, 2011).

A Forças de Alerta Africanas (*African Stand-by Force - ASF*) tem capacidades multidimensionais, por exemplo: militar, política, assuntos civis etc. Possui um efetivo equivalente à de uma brigada por região (5.000 militares) e opera sob o conceito de RDC – *Rapid Deployment Capability* (entre 14 e 90 dias para estar no campo de atuação). Existe também a *African Capacity for Immediate Response to Crises (ACIRC)* que são tropas dos países-membros enviadas de forma voluntária, sob seus custos, por 30 dias, com o comando e controle pelo CPS, se solicitado pelo país-membro.

A despeito do objetivo do memorando da UA ter sido concebido para contribuir com a plena operacionalização e uma coordenação eficaz da APSA, nesses anos de funcionamento percebeu-se diversas lacunas de coordenação, justamente por causa dessa divisão da APSA em dois níveis de decisão. Um dos problemas evidenciados foi a falha no intercâmbio de informações entre as partes envolvidas, que por muitas vezes estavam ligadas a disputas por *status* de países-membros participantes de uma CER, a fim de sonegar informações para outro país-membro, que fosse considerado um competidor dentro da CER (SANTOS,2011).

A intervenção direta da UA, nesses casos de falta de coordenação, foi distendendo tais competições e acabou por resultar em diversas operações de paz de relativo sucesso no continente. A UA comandou missões de paz, com tropas de países africanos, no Burundi, em Comores, na região de Darfur do Sudão e na Somália. Portanto, a UA ganhou o protagonismo no controle de crises e manutenção da paz na África.

Ressalta-se que esta assunção de liderança da UA em missões de paz no continente africano denota uma anuência e incentivo dos Estados exógenos financiadores e garantidores da segurança na África, como os EUA e membros da União Europeia (UE),

principalmente. Para a ONU também foi reconfortante que a UA iniciasse a sua atuação em segurança, pois a experiência de missões de paz da ONU no continente africano, num passado recente, havia sido traumática, com as perdas humanas em Mogadíscio, Somália, na década de 90 do século XX e o fracasso da ONU, na atuação em Ruanda, em 1994, quando os africanos assistiram, estarrecidos, o genocídio de 800 mil pessoas ao longo de cem dias. Tal tragédia, em Ruanda, estimulou os africanos a concluir que para garantir que algo semelhante não se repetisse, o caminho era que os próprios assumissem a responsabilidade de impedir tais acontecimentos (SANTOS, 2011).

Quando se estuda o ato constitutivo da UA verifica-se que os critérios para a intervenção da UA em um país africano são mais abrangentes, e incluem hipóteses que não estão previstas na Carta das Nações Unidas. Entretanto, a UA reconhece que o CSNU deve ter a primazia nas questões de segurança e paz mundiais. Especificamente, o artigo 17 do Protocolo de estabelecimento do CPS da UA, cita expressamente tal reconhecimento.

Tais hipóteses que o ato constitutivo da UA prevê e não são abordadas pela ONU são como seria a atuação do CSNU quando da ocorrência de genocídio, crimes contra a Humanidade ou mesmo crimes de guerra. O Capítulo VII da Carta das Nações Unidas apenas refere-se a ameaças contra paz, ruptura da paz e atos de agressão.

Esse dispositivo de intervenção da UA poderia gerar atritos com os países-membros, baseado nas orientações da ONU. Contudo, a Carta das Nações Unidas exige a aprovação do CSNU para a tomada de medidas coercitivas por organismos regionais, como por exemplo a UA. Tal item da Carta das Nações Unidas pode resultar em situações de impasse para a UA, pois já ocorreram desacordos entre os membros do CSNU que resultaram em bloqueio de decisões. Então, como a UA atuaria diante dessa situação? E como seria interpretada uma ausência de resposta? (SANTOS, 2011).

Outro problema é o tempo de reação quanto às respostas do CSNU. Porque é um consenso nos mecanismos de segurança regionais africanos que, em casos de urgência, poderia ser solicitada a autorização das missões de paz após o fato, e retroativamente. Um exemplo de tal situação ocorreu na intervenção da ECOWAS em Serra Leoa em 1997, que não teve uma autorização prévia do CSNU e que foi aprovada por tal conselho após a atuação militar dessa CER (SANTOS, 2011).

Em 2022 foram realizadas 64 operações multilaterais de paz, em 38 países ou territórios ao redor do mundo. A ONU liderou o maior número de operações multilaterais de paz, com 20. Outras 38 operações foram conduzidas por diferentes organizações e alianças regionais. As outras seis operações foram conduzidas por coalizões *ad hoc* de Estados. Das 64 operações, 24 foram localizadas na África Subsaariana e 14 no Oriente Médio e Norte da África. O que destaca a amplitude dos problemas que a ONU, a UA e os organismos regionais têm que ainda enfrentar na África (SIPRI, 2023).

Após a criação da UA e a crescente coordenação que ela exerce sobre os mecanismos regionais e países-membros, os africanos estão ampliando seu controle sobre as crises e construindo dispositivos legais para dotar de poderes necessários as suas próprias estruturas militares, singulares ou multinacionais. Sem dúvida, houve uma grande evolução, no entanto, a implementação da APSA depende também de vontade política e, particularmente, de recursos financeiros, humanos e materiais. Nesse aspecto a APSA ainda apresenta grande dificuldade de caminhar independentemente de atores ou financiamentos externos.

5.2 Os atores exógenos na Arquitetura Africana de Paz e Segurança.

A necessidade de recursos financeiros, materiais e humanos com qualificação adequada para a consecução das atividades militares da UA, dentro do contexto da APSA, é o principal indutor da entrada dos atores externos à África, nessa arquitetura. Em primeiro lugar, umas das portas de entrada dos estrangeiros é a participação no Fundo da Paz da UA e as outras são as iniciativas e financiamentos multinacionais ou bilaterais que ocorrem no continente africano.

O Fundo da Paz da UA foi criado pelo Protocolo de estabelecimento do CPS, e nasceu como destinatário de 6% do orçamento da UA, além das contribuições voluntárias dos Estados-membros, países não africanos doadores e demais organizações da sociedade. Após algumas alterações de percentual do orçamento ao longo do tempo, recentemente o Fundo de Paz contava com 325 milhões de dólares estadunidenses, em 2017, arrecadados em contribuições iguais de cada uma das cinco regiões da UA (65 milhões de dólares estadunidenses, cada), aumentando para 400 milhões de dólares estadunidenses, em 2020, posteriormente estendido para 2023 (UA, 2022).

Com a ampliação das missões de paz lideradas ou com participação da UA e a determinação dessa organização de incrementar o seu protagonismo na África, na resolução dos conflitos africanos, a necessidade de suporte logístico às missões cresce paralelamente. Ainda que tais missões da UA nem sempre cumpram todos os objetivos, não se pode negar a contribuição destacada em estabilização das crises no continente africano.

Além da busca por liderança da UA nas missões de paz na África, ocorre o aumento das ameaças nesse continente, que certamente espriam-se por todo mundo. Portanto, com a carência de recursos que a UA tem, tal organismo ainda depende do apoio da comunidade internacional para a condução de suas operações militares (SANTOS,2011).

O primeiro ator exógeno importante que atua na APSA é a ONU. Após a criação da UA e seu aumento de importância está criando-se uma relação de interdependência na área militar entre a ONU e a UA, principalmente nas operações de manutenção da paz.

A entrada da ONU nas missões de paz do continente africano, com a assunção do ônus do trabalho, sempre é coordenada e negociada com a UA e acaba servindo de estratégia para uma saída honrosa da UA. Por sua vez, a ONU considera que as missões lideradas pela UA são uma estratégia de entrada, ou seja, servem para intervir rapidamente nos conflitos africanos, por serem mais ágeis. Tal coordenação é importante, mas há casos de insucesso, como a experiência da AMISOM, que na transição entre tropas da ONU e UA, houve uma grande agitação das ameaças e lacunas não preenchidas que eclodiram em grave violência na Somália, que certamente atrasou a pacificação e estabilização de tal país.

Outro ator de peso na APSA é a UE. Desde 2004 foi estabelecido um mecanismo para financiamento por parte da UE para suporte às operações da UA. Foi criado pela UE o *African Peace Facility* – APF, no montante de 250 milhões de euros, depois expandido para 440 milhões de euros para serem empregados até 2007. O APF contribuiu com 2,68 bilhões de euros, principalmente para financiar 16 operações de apoio à paz lideradas pelos africanos, em 19 países. As contribuições dos países-membros fizeram da UE o maior financiador de missões de paz, lideradas pela UA, até 2022 (WOLDENMICHAEL, 2022).

Ainda dentro das iniciativas da UE para a África foi criado o Mecanismo de Resposta Rápida (*Early Response Mechanism*), que se destina a prover recursos financeiros de cerca de 15 milhões de euros para ações emergenciais, na contenção de crises na África.

Também ocorrem as parcerias isoladas de Estados não africanos com a UA, no contexto da APSA. De tais países destacam-se os EUA, o Reino Unido e a França.

Os EUA criaram o *African Crisis Response Initiative* – ACRI, que visava a preparação de tropas africanas para participarem em operações de paz. Esse programa foi sucedido pelo *African Contingency Operations Training and Assistance Program* – ACOTA. E em 2005, o ACOTA passou a fazer parte da *Global Peace Operations Initiative* – GPOI, que visava o treinamento de 75 mil *peacekeepers* globalmente até 2010, principalmente na África, a um custo estimado de 660 milhões de dólares estadunidenses (SERAFINO, 2009).

O Reino Unido também possui iniciativas isoladas com a APSA, que se iniciaram com o *African Peacekeeping Training Support Programme*, que foi substituído, em 2001, pelo *Africa Conflict Prevention Pool*, que posteriormente foi agregado ao *Global Conflict Prevention Pool*, passando o conjunto a intitular-se simplesmente *Conflict Pool*. Os recursos financeiros para a África, que havia chegado ao valor de 65 milhões de libras por ano, foi desde então reduzido para 43 milhões de libras por ano (CHAFER, 2010).

Um importante parceiro individual da APSA é a França, que em 1997 criou o programa *Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix* – RECAMP. Os gastos do governo francês nessa iniciativa de cooperação militar com os países africanos é de cerca de 90 milhões de euros por ano, até 2001, quando a França decidiu angariar mais países-membros da UE para contribuir no RECAMP (SANTOS, 2011).

5.3 A Arquitetura Africana de Paz e Segurança nos assuntos marítimos.

A APSA quanto aos assuntos de segurança marítima no nível da UA ainda não possui uma estrutura robusta específica sobre tal ambiente de operações. Nesta parte do trabalho serão dispostas as iniciativas da UA e das CER nos assuntos marítimos.

A África após a independência dos países do continente, na década de 60 do século XX, voltou-se para a consolidação das novas nações e as diversas ameaças em seus territórios, o que gerou um fenômeno chamado cegueira marítima, em inglês “*sea blindness*”¹⁶, que perdura na maioria dos seus países até a atualidade. Em virtude desse

¹⁶ *Sea Blindness* – A UA lamenta cegueira marítima e falta de lei marítima nos países costeiros: A presidente do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da UA, para maio de 2023, embaixadora Rebecca Amuge Otengo, disse que a África é cega quanto à água, que tem sido ignorada e tem visto muitos conflitos provenientes de seus recursos hídricos. Ela disse que a África geralmente reage a comunicados e depende de mecanismos

distanciamento do mar, verifica-se que poucas iniciativas dos africanos, no contexto de segurança nos assuntos marítimos são efetivas.

Durante a 2ª conferência dos ministros africanos responsáveis pelos assuntos marítimos, em 06 de dezembro de 2012, na sede da UA, em Adis Abeba, foi adotada a Estratégia Marítima Integrada da África 2050 (*2050 Africa Integrated Maritime (AIM) Strategy*). Antes disso, os especialistas marítimos intersetoriais africanos de alto nível se reuniram em 05 de dezembro de 2012, e ainda antes ocorreu o 5º workshop de peritos multissetoriais marítimos africanos, de 03 a 04 de dezembro de 2012, no mesmo local.

Na 22ª assembleia dos chefes de Estado e de governo da UA, de 30 a 31 de janeiro de 2014, na sede da UA, foi adotada a Estratégia Marítima Integrada da África 2050 (UA, 2012).

A *2050 AIM Strategy* é uma ferramenta para enfrentar os desafios marítimos da África, para o desenvolvimento sustentado e competitividade. A *2050 AIM Strategy* tem como objetivo fomentar a criação de mais riqueza dos oceanos, mares e águas territoriais da África, por meio do desenvolvimento de uma economia marítima florescente e valorizando o potencial das atividades marítimas, de forma ambientalmente sustentável (UA, 2012).

A partir de novembro de 2016 houve uma paralisação nos trabalhos da *2050 AIM Strategy* na UA, o que resultou no cancelamento das reuniões semanais do Grupo de Trabalho Marítimo, que visava a implementação de tal estratégia, por intermédio da criação de um Departamento de Assuntos Marítimos, dentro da Comissão da União Africana (CUA). A partir desse momento toda a documentação foi arquivada no Conselho Legal da UA e os escritórios daquele grupo de trabalho foram desmobilizados.

Outro documento importante emitido pela UA sobre assuntos marítimos foi a Carta de Segurança Marítima de Lomé, que foi assinada em 15 de outubro de 2016 em Lomé, Togo.

A Carta de Lomé apresenta uma evolução em relação à *2050 AIM strategy*, pois é mais específica, se concentra em uma lei comum para crimes marítimos transnacionais e estabelece a criação de um futuro fundo financeiro para apoiar a sua implementação. A condução da ratificação e produção dos anexos à Carta de Segurança Marítima de Lomé, importante documento que foi criado pelo Grupo de Trabalho Marítimo da UA, foi passada ao Conselho Legal da CUA, em 2016.

regionais e Estados-membros para apresentar estratégias de implementação, que não foram eficazes (ONYENUCHEYA, 2023).

A Carta de Lomé padece de ratificação pelos países-membros e de um departamento de assuntos marítimos de alto nível dentro da UA, para que se conduzam os trabalhos de aprovação de seus anexos. A carta tem destaque, pois faz a ligação entre os aspectos de segurança marítima e economia azul, que são desafios do futuro. No entanto, atualmente, não está em vigor (EGEDE, 2017).

A Arquitetura de laundé é uma iniciativa de assuntos marítimos africanos que venceu os obstáculos de ratificação e tornou-se realidade, com o apoio de atores exógenos.

Em junho de 2013, os líderes da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States – ECOWAS*), da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (*Economic Community of Central African States – ECCAS*) e da Comissão do Golfo da Guiné (*Gulf of Guinea Commission – GGC*) reuniram-se em laundé, Camarões, para estabelecer uma estratégia comum para prevenir e combater atividades ilícitas nas águas do Golfo da Guiné (*International Coordination Center - ICC*, 2023).

A reunião de laundé resultou em três mecanismos: o Código de Conduta de laundé, a Declaração dos Chefes de Estado e o Memorando de Entendimento entre as organizações regionais. O resultado desses documentos foi a montagem de uma arquitetura de segurança marítima no Golfo da Guiné, chamada de Arquitetura de laundé, conforme a FIG. 4.

A Arquitetura de laundé compreende o Centro de Coordenação Inter-regional (ICC), a estrutura de coordenação e centralização de informações, que liga o Centro Regional de Segurança Marítima para a África Central (CRESMAC) e o Centro Regional de Segurança Marítima para a África Ocidental (CRESMAO).

As águas jurisdicionais dos países-membros estão divididas em cinco zonas marítimas onde as operações são coordenadas por cinco Centros de Coordenação Marítima Multinacionais (MMCC), conforme a FIG. 5.

A nível nacional, os Centros Operacionais Marítimos (COM) dos países-membros concentram todas as agências dos países-membros no mar (polícia marítima, alfândegas, autoridade de pesca e proteção ambiental), bem como as marinhas dos países-membros que são encarregadas da coordenação.

A Arquitetura de laundé tem apresentado bons resultados desde sua implementação há 10 anos. A incidência de ocorrência de ilícitos marítimos no Golfo da Guiné tem reduzido

relativamente, como aponta o *International Maritime Bureau* (IMB), em relatório de 2022, quanto a pirataria marítima no Golfo da Guiné, houve uma redução de 58% dos ataques em 2021, e ocorreu uma nova queda de 55% no número de incidentes registrados em 2022 em comparação com o ano anterior (IMB, 2022).

Entretanto, não se pode atribuir apenas à Arquitetura de laundé o sucesso obtido, pois, conforme já descrito neste trabalho, o Golfo da Guiné é palco de diversas iniciativas de atores exógenos, que contribuem decisivamente para o controle dos ilícitos marítimos. Os EUA, por intermédio do AFRICOM, atuam fortemente, atualmente.

Portanto, quanto à dimensão de poder militar, o continente africano ainda se ressentente com a carência em recursos humanos adestrados e motivados, e materiais, advindos da pouca capacidade de investimento em defesa e segurança dos países, com as exceções da Nigéria, Egito e África do Sul, que são os Estados mais ricos da África e destacados em relação aos demais países africanos em investimentos em defesa (WORLD BANK, 2023).

A relação entre a UA e organismos regionais africanos com os Estados não-africanos é ainda de dependência militar e financeira, para uma atuação eficiente e eficaz na área militar. O que se conclui é que as iniciativas africanas, sem apoio externo na área militar acabam falhando no modo e nos fins a que se propõe.

A presença de tropas com todo o seu aparato material ou o pesado financiamento por parte de países não-africanos são ações necessárias para o atingimento de objetivos de segurança na África, e por consequência no mundo. O realismo se impõe como a teoria principal para sustentar todos os movimentos do sistema internacional na África, pois as ações militares multinacionais diretas são frequentes no continente africano.

As lacunas africanas identificadas na área militar, neste estudo, afetam todo o sistema internacional, e nele incluído, o Brasil. Essas necessidades de apoio à África na área militar têm dois vieses quando observados pelo Brasil. O primeiro é o de ameaça, pois a África, na sua costa ocidental, fica defronte ao Brasil e suas instabilidades podem afetar a segurança brasileira. O segundo é de oportunidade, pois, uma ação mais efetiva brasileira na África é uma oportunidade de afirmação do Brasil no sistema internacional.

Portanto, o objetivo do próximo capítulo deste estudo é descrever o papel brasileiro na África e a relação com a estratégia dos EUA em tal continente e identificar os possíveis desdobramentos para o Brasil.

6 O PAPEL DO BRASIL NA ÁFRICA E A RELAÇÃO COM A ESTRATÉGIA MILITAR ESTADUNIDENSE PARA O CONTINENTE AFRICANO.

Neste capítulo será realizada uma descrição do planejamento estratégico-militar do Brasil para a África e as relações com as ações dos EUA no continente africano, para identificar o grau de influência dos EUA nas ações do Brasil na África, verificar as tendências de expansão ou retração da presença desses países no continente africano e avaliar se o planejamento estratégico-militar atual brasileiro para o continente africano está alinhado aos anseios internacionais do país, detalhando as oportunidades e ameaças para a MB.

Ao iniciar um estudo de planejamento estratégico-militar do Brasil é importante recorrer à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em vigor, que estabelece os princípios que nortearam tal planejamento. No artigo 4º da carta magna brasileira, que versa sobre os princípios das relações internacionais está expresso que o Brasil, dentre outros princípios, prima pela autodeterminação dos povos, pela não-intervenção, pela defesa da paz, pela solução pacífica dos conflitos, pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e repudia o terrorismo e o racismo (BRASIL, 1988).

Esses princípios limitam a atuação brasileira na área militar em outros países, mesmo que tal ação seja para defender interesses nacionais. É uma postura que dificulta, por exemplo, o desdobramento de tropas brasileiras na África de forma bilateral ou numa força multinacional, sem que esteja num contexto de missão de paz, previamente aprovada pela ONU. A visão da Constituição Brasileira está baseada no Liberalismo e tal orientação já distancia o planejamento estratégico-militar brasileiro dos EUA, esse com clara base no Realismo, como provou-se ao longo deste trabalho, e de outros atores exógenos de peso que atuam na África, que também atuam baseados na teoria do Realismo.

6.1 A Estratégia militar do Brasil para a África.

Dos documentos que estão subordinados à Constituição Brasileira e condicionam a estratégia militar brasileira, o Livro Branco de Defesa Nacional já delinea a posição do Brasil em relação à África, quando cita o especial interesse brasileiro no Atlântico Sul¹⁷. Os

¹⁷ Atlântico Sul – É a região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul (BRASIL, 2020e).

objetivos relacionados quanto a tal oceano são a paz e a segurança. Como motivação apresenta que esse oceano possui áreas estratégicas relevantes e importantes para o comércio mundial e nacional. Ainda dedica uma atenção à construção de um ambiente de paz e cooperação no Atlântico Sul, com a coordenação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)¹⁸ (BRASIL, 2020e).

A ZOPACAS foi criada em 27 de outubro de 1986, por iniciativa do Brasil, e por meio da Resolução 41/11, da Assembleia Geral das Nações Unidas, com o objetivo de buscar a cooperação regional, paz e segurança nas águas do oceano Atlântico Sul, lindeiras aos 24 países sul-americanos e da costa ocidental da África, participantes do acordo. Os EUA foram o único país a votar contra a resolução, e tem mantido essa posição desde então, alegando que a ZOPACAS pode interferir na liberdade de navegação (ONU, 1986).

A conexão com a África no Livro Branco fica mais evidente com as considerações acerca do aumento de incidentes de pirataria e roubo no Golfo da Guiné, e ainda destaca a importância do fortalecimento da ZOPACAS para que o resultado seja a segurança marítima e estabilidade na região (BRASIL, 2020e).

Ainda no Livro Branco identifica-se que a definição do entorno estratégico do Brasil, em termos geopolíticos, que se constitui da América do Sul, o oceano Atlântico Sul, a costa ocidental da África e Antártica. Em tal livro destaca-se que em virtude dos laços históricos e culturais, os países de língua portuguesa, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹⁹ têm prioridade no campo de cooperação em Defesa (BRASIL, 2020e).

Nessa publicação já é verificada a natureza marítima do Brasil em relação ao que ocorre na África, pela posição geoestratégica desse continente no oceano Atlântico Sul, onde o Brasil busca a manutenção da paz e cooperação entre os países lindeiros. Outro detalhe importante é que o Brasil visa a proteção dos recursos naturais do oceano Atlântico Sul, não

18 Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) – Foi estabelecida em 1986, por meio da Resolução nº 41, de 2011, da Assembleia Geral das Nações Unidas. É o principal foro para o tratamento de temas relativos à segurança do Atlântico Sul. Trata-se de uma iniciativa que busca articular ações em benefício da paz, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Atlântico Sul, por meio do fortalecimento da coordenação e da cooperação entre seus Estados-membros. Além de seu componente geopolítico, a ZOPACAS inclui, compromissos com a conservação do meio ambiente marinho e a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2020e).

19 CPLP – Em 17 de Julho de 1996, em Lisboa, realizou-se a Conferência de Chefes de Estado e de Governo que marcou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entidade reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Seis anos mais tarde, em 20 de maio de 2002, com a conquista de sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país-membro da Comunidade. Depois de um minucioso processo de adesão, em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro de pleno direito (CPLP, 2023).

estando limitado às águas jurisdicionais brasileiras, mas incluindo as águas mais a leste, que fazem parte do seu entorno estratégico (BRASIL, 2020e).

Outro documento que baliza as ações militares do Brasil é a Política Nacional de Defesa (PND), que estabelece como prioridade o entorno estratégico brasileiro para a estratégia militar do Brasil, semelhante ao definido no Livro Branco, porém mais detalhado, pois cita os países da costa ocidental africana como incluídos nesse entorno (BRASIL, 2020g).

A PND descreve um possível cenário de que as crescentes demandas por desenvolvimento econômico e social poderão exercer pressão sobre os Estados que possuem maiores reservas de recursos naturais, e considera que todos os países do entorno estratégico brasileiro e o próprio oceano Atlântico Sul detêm riquezas inexploradas, o que podem gerar conflitos o futuro. Outro importante ponto da PND é que para a busca pela segurança no entorno estratégico é fundamental a ampliação de um ambiente de cooperação entre as Marinhas dos países limítrofes do oceano Atlântico Sul (BRASIL, 2020g).

A PND quanto ao oceano Atlântico Sul, observa o crescimento de ilícitos internacionais e a presença de Estados que não fazem parte dessa área geográfica, que possuem interesses na região (BRASIL, 2020g).

Ainda na PND identifica-se como os objetivos de defesa do Brasil a contribuição para a paz e segurança internacional, o aumento da projeção do Brasil no conjunto das nações, com participação nos processos decisórios e a salvaguarda das pessoas, bens e interesses nacionais no exterior (BRASIL, 2020g).

Em conjunto com a PND há um documento decorrente, que é a Estratégia Nacional de Defesa (END), que orienta mais detalhadamente os órgãos do Estado brasileiro para o atingimento dos objetivos de defesa. A END reforça a importância do fortalecimento da ZOPACAS, a fim de minimizar a atuação de Estados exógenos no Atlântico Sul (BRASIL, 2020g).

Portanto, conclui-se que a estratégia militar de alto nível do Brasil quanto à África tem um forte aspecto marítimo e priorização com os países da CPLP, pois a maioria desses estão situados no continente africano.

Na PND também está bem clara que a demanda por ajuda humanitária e operações de paz tende a aumentar e que o Brasil poderá ser estimulado a incrementar a sua

participação nessas missões. O que além de aumentar o peso político brasileiro em nível global, permitiria o estreitamento de laços de cooperação com outros Estados.

6.2 A presença do Brasil na África e os desdobramentos da Estratégia dos EUA.

No recorte temporal deste trabalho, desde a criação do AFRICOM até 2022, o Brasil tem ampliado de forma lenta e relativamente tímida sua presença militar na África por intermédio do incremento de iniciativas, que são basicamente as ligadas às missões de paz e, principalmente, ações no espectro militar naval.

Quanto às forças terrestre e aérea a presença é limitada aos observadores de missões de paz, cooperação em adestramentos de missões de paz, que ocorrem com pouca intensidade e por períodos curtos, ou acordos de desenvolvimento de equipamentos ou armamento. Também há o importante trabalho dos adidos militares brasileiros na África, mas que não representam uma atuação militar com peso no continente africano (AGUILAR, 2013).

No aspecto naval de defesa e segurança o Brasil mostra-se mais presente, principalmente por meio das missões navais. O início é anterior ao recorte temporal, em 1994, quando foram celebrados os primeiros acordos de cooperação técnica do Brasil com a Namíbia e Cabo Verde. O acordo com a Namíbia foi o mais próspero, pois ao longo do tempo, tal país tornou-se o maior receptor de cooperação militar brasileira na África (AGUILAR, 2013).

Essa cooperação culminou com a instalação da Missão Naval Brasileira na Namíbia, em julho de 2006 e que passou por alteração de status até tornar-se em 2010 em Missão de Assessoria Naval e que conta também com o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, com o propósito de apoiar a criação do Corpo de Combatentes Anfíbios da Namíbia, o que ocorreu em 2016 (BRASIL, 2016).

Tendo o exemplo de sucesso da cooperação com a Namíbia, outros países africanos interessaram-se pelo modelo usado pelo Brasil e com isso foram ativadas mais missões em dois países africanos, em 2020, que são a Missão de Assessoria Naval de Cabo Verde e a Missão de Assessoria Naval e o Grupo de Apoio Técnico do Corpo de Fuzileiros Navais em São Tomé e Príncipe (BRASIL, 2020c e 2020d).

Entre 2013 e 2018, a MB cedeu um Oficial para exercer o cargo de Assessor Técnico da Marinha do Brasil junto à Comissão da União Africana (CUA), que tinha como principal função auxiliar a disseminação e implementação da 2050 AIM *Strategy* e coordenar a implementação da arquitetura de laundé (MARCONDES, 2023).

Esse cargo na CUA foi substituído, a partir de 2018, por um oficial de ligação da MB no Centro de Coordenação Inter-regional (ICC), em laundé, Camarões (MARCONDES, 2023).

A MB, além do estabelecimento dessas missões navais, também realiza operações em conjunto com marinhas africanas, como a operação bianual ATLASUR, em conjunto com marinhas da África do Sul, Argentina e Uruguai. Outra tradicional operação é a IBSAMAR que reúne as marinhas do Brasil, África do Sul e Índia. Desde 2012, a MB participa da operação *Obangame Express*, coordenada pelo AFRICOM, sendo que a partir de 2014 com o envio de meios navais.

No âmbito do Ministério da Defesa ocorre a Operação FELINO, que congrega os Estados-membros da CPLP, que inclui muitos países africanos (BRASIL, 2020f).

A MB também participa de outras iniciativas multinacionais no oceano Atlântico Sul como a Grand African Nemo, que é organizada pela França (BRASIL, 2020b).

Em junho de 2021 a MB assumiu pela primeira vez o Comando da *Combined Task Force* (CTF) 151, força-tarefa multinacional de combate à pirataria que atua no Mar da Arábia, Golfo de Omã, Golfo de Áden, costa da Somália e ao sul do Mar Vermelho. Esse comando durou até o final de 2021. O Brasil assumiu novamente esse comando em agosto de 2022, passando em fevereiro de 2023, e retornará a tal comando em 2024 (BRASIL, 2021) e (CTF-151, 2023).

Tal evento reveste-se de especial importância porque proporciona uma experiência de comando multinacional para Oficiais Gerais da MB e seus estados-maiores em operações de combate à pirataria nos mares da costa leste africana. A vivência das características peculiares do tipo da missão de segurança marítima e do ambiente operacional africano é muito importante para a condução de futuras operações navais da MB com as mesmas características, a despeito da MB ainda não contribuir com meios navais.

A mais importante operação que a MB tem realizado na África é a Operação Guinex, que teve início em 2021, com exercícios combinados com a Marinha Nigeriana, com a participação da Fragata “Independência”, e em 2022, com a Fragata “União”, que visou

promover a interoperabilidade com as marinhas e guardas costeiras na área do Golfo da Guiné, como Costa do Marfim, São Tomé e Príncipe, Camarões, Nigéria e Cabo Verde. Há a previsão da Fragata “Liberal” realizar a Guinex III, em 2023 (BRASIL, 2022b).

Tal operação se reveste de grande significado porque é uma ação direta do Brasil com os parceiros africanos do seu entorno estratégico. Nessa operação ocorre a participação de atores exógenos nos exercícios como: Espanha, Portugal, Reino Unido, EUA, França, por exemplo, na Guinex II (BRASIL, 2022b).

Segundo Paris Yeros (2022) essa participação dos EUA, na verdade significa ainda uma gestão de interesses desse ator, junto com outros atores exógenos, sob a coordenação do AFRICOM na área do Golfo da Guiné, a fim de que haja sempre um contato com os EUA e uma consciência situacional do AFRICOM do que está sendo realizado pelo Brasil e os demais países africanos participantes do exercício.

O Brasil necessita de um oceano Atlântico Sul seguro, com os ilícitos como pirataria e outros sob controle, para garantir a continuidade de suas linhas de comunicação marítimas (LCM) e propiciar a exploração de petróleo, gás e até futuras explorações de minerais que estejam sobre o solo marinho. A busca de ações multinacionais com os países africanos, sob a liderança do Brasil, ainda que com uma influência de atores exógenos, é extremamente louvável e um caminho para o protagonismo brasileiro em tal oceano.

Após a descrição das ações militares brasileiras na África, confirma-se o viés militar naval da atuação do Brasil, e o reduzido efetivo de pessoal e quantidade de material envolvidos nas atividades. A forte presença militar americana, com o AFRICOM, na costa ocidental africana acaba, proporcionalmente, afetando as ações brasileiras nessa área do entorno estratégico do Brasil. O desdobramento da presença americana, além desse relativo controle sobre as ações brasileiras nessa região, estimula sempre que as ações militares brasileiras no continente estejam sob a égide de uma força multinacional, com a pesada presença do AFRICOM ou, pelo menos, com o conhecimento e anuência de tal comando combatente.

Mesmo assim, conforme identificam-se muitas lacunas do AFRICOM na sua atuação na África, há espaço para uma presença brasileira mais contundente e independente no continente africano. Quando se compara a amplitude de atuação do AFRICOM, com a estratégia militar brasileira, conclui-se que o Brasil, a despeito de ter ampliado suas ações

militares na África, está muito aquém do que necessitaria de presença na África. Esta análise baseia-se no anseio brasileiro de ocupar uma cadeira permanente do CSNU, pois o protagonismo no sistema internacional é fundamental para apoiar esse pleito (PATRIOTA, 2013).

Portanto, na próxima parte deste capítulo serão identificadas as oportunidades e as possíveis ameaças. O foco será no aspecto militar naval, que é o viés de presença mais forte do Brasil na África, exercido pela MB.

6.3 As oportunidades e ameaças para MB na atuação na África.

A MB possui dois documentos de alto nível que estipulam a estratégia militar naval brasileira, que são a Política Naval e o Planejamento Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040). Como são documentos decorrentes da PND e da END, compartilham os mesmos princípios de entorno estratégico e prioridade do oceano Atlântico Sul (BRASIL, 2020a).

Na Política Naval ressalta-se que a atuação do Poder Naval deve ser com prioridade no Atlântico Sul, e que esse oceano tem experimentado uma crescente atuação e presença de potências externas, então o Poder Nacional deve estar adequadamente capacitado para defender os interesses nacionais, em todas as expressões de poder (BRASIL, 2019).

A Política Naval prioriza a segurança marítima para a proteção das LCM no oceano Atlântico Sul. E estabelece que a MB poderá ser demandada para colaborar com a proteção marítima nesse oceano. Portanto, a interação com as marinhas do entorno estratégico é importante fator para a consecução deste objetivo (BRASIL, 2019).

Já o PEM 2040 ressalta a relevância da manutenção da soberania sobre a Elevação do Rio Grande²⁰, no Atlântico Sul. Além disso relembra a possibilidade de o entorno estratégico ser afetado por conflitos e ameaças multifacetadas. Cita a concentração da ocorrência de ataques piratas em regiões do Golfo da Guiné, que está incluído no entorno estratégico brasileiro, e que, nesse sentido, a MB tem que possuir uma presença crível nas águas jurisdicionais brasileiras (BRASIL, 2020a).

O PEM 2040 deixa claro que a participação brasileira com navios de guerra em missões operativas no Golfo da Guiné, com outros países em conjunto e a busca pela

²⁰ A Elevação do Rio Grande é uma proeminente feição morfológica do Atlântico Sul, situada a cerca de 1.200 km de Rio Grande-RS, com elevado potencial econômico, mineral e energético, o que lhe confere relevância estratégica (BRASIL, 2020a).

liderança nos diversos fóruns da região do oceano Atlântico Sul, como na ZOPACAS, tem por objetivo a vigilância e defesa das LCM em tal oceano (BRASIL, 2020a).

Então, a MB possui em seus documentos estratégicos as bases para a ampliação da atuação do Brasil na África.

Portanto, ao analisar a atuação do Brasil na África e as oportunidades e ameaças para a MB nesse contexto, este trabalho verificou como uma lacuna no papel do Brasil na África, a fragilidade da atuação da ZOPACAS. E isso se dá em virtude desse instrumento ressentir-se de até os dias atuais não ter sido institucionalizado, ou seja, não possuir uma sede e uma comissão, que mantenha os trabalhos numa frequência devida.

Destaca-se a recente Reunião Ministerial da ZOPACAS, ocorrida em 18 de abril de 2023, em Mindelo, Cabo Verde, com a presença do Ministro de Relações Exteriores do Brasil, e do Chefe do Estado-Maior da Armada da MB. Esse evento significa uma retomada do fomento à ZOPACAS pelo governo brasileiro e pode ser um indutor da institucionalização da ZOPACAS (BRASIL, 2023).

Tal institucionalização da ZOPACAS é uma responsabilidade dos países-membros do acordo, no entanto, o Brasil como busca a liderança nessa área, poderia assumir esse trabalho de materializar a ZOPACAS, que com os devidos recursos financeiros alocados para tal, poderiam ser liderados pela MB. Este autor observa a ZOPACAS como uma oportunidade de a MB ampliar suas ações na África. Haveria a necessidade de pessoal representante da MB na ZOPACAS, pois serviria de suporte para as iniciativas da MB na África.

O Brasil enfrentaria resistências à institucionalização da ZOPACAS por parte das potências que estão presentes na costa ocidental africana, notadamente os EUA e França. Como já descrito neste estudo, tais países exógenos continuam a expandir seu poder nessa área e perceberiam esse movimento brasileiro como ameaça aos interesses deles.

Uma outra oportunidade que já vem sendo explorada pela MB é a realização de exercícios navais antipirataria na costa oeste da África, com as marinhas africanas, com o Brasil como protagonista. As operações Guinex são iniciativas que devem ser ampliadas em quantidade de meios, pessoal e importância. O AFRICOM ainda possui muitas lacunas na segurança marítima na costa ocidental africana. Portanto, a formação de uma operação multinacional permanente, com o foco na segurança marítima, sob o comando da MB seria a oportunidade vislumbrada. A ampliação do conceito da Guinex, com a experiência trazida

pelos comandos multinacionais da CTF-151, permitiria a MB construir essa operação multinacional, que seria uma força-tarefa, sem a participação de nações exógenas ao Atlântico Sul.

Essa iniciativa demandaria um esforço para a MB, pois além de toda estrutura de comando e controle, haveria a necessidade de desdobramento de meios navais em períodos de longa duração, na costa africana.

Uma lacuna identificada na estratégia do AFRICOM é o combate às VEO. Essa seria uma oportunidade para a MB contribuir com tropas para forças de paz na área de interesse do Brasil na África, que seriam os países da costa oeste, que também são assolados pelas VEO.

A MB, recentemente, com tropas do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, atingiu a certificação máxima de nível 3, concedida pela ONU. O relatório da ONU sobre o grupo da Divisão Anfíbia destacou o caráter expedicionário e a prontidão operativa dos Fuzileiros Navais do Brasil (BRASIL, 2022a).

O Brasil enviou tropas para a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), de maio de 2004 a outubro de 2017, com 36 mil militares, e para a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), de janeiro de 2011 a dezembro de 2020, com 4 mil participantes (BRASIL, 2022a).

Haveria a necessidade de coordenação política para direcionar o uso das tropas nos países africanos de interesse do Brasil. A limitação de atuar apenas sob a égide da ONU, acaba reduzindo as possibilidades de atuação de tropas da MB na África. A última sondagem que o Brasil recebeu da ONU, para atuar com tropas, foi para operar na República Centro-Africana, em 2018, no contexto da Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA). O Brasil acabou não cedendo tropas para essa missão (CUNHA, 2018).

Dentre as ameaças identificadas para a MB na atuação na África, destacam-se duas principais. A primeira é o dispêndio de recursos financeiros necessários, em virtude das grandes distâncias envolvidas e a necessidade de apoio logístico móvel robusto para sustentar operações na África. Sem dúvida, haveria a necessidade de um envolvimento do Estado brasileiro, para ampliar a dotação orçamentária, para permitir a institucionalização da ZOPACAS e o incremento das missões de meios navais nas águas lindeiras ao continente africano.

A segunda ameaça é o aumento da possibilidade de baixas de militares brasileiros, com o incremento da presença do Brasil na África. Essa ameaça deve ser medida, pois seria necessário um estudo para verificar o quanto seria aceitável para a sociedade brasileira, a perda de combatentes em missões de paz na África.

Como é um ambiente de crescente ameaças das VEO, uma maior participação do Brasil, na repressão dessas organizações também geraria uma mudança de percepção do brasileiro na África. Esses aspectos têm um peso grande num possível planejamento estratégico-militar de ampliação das ações no continente africano.

7 CONCLUSÃO

A história da presença militar estadunidense na África é um exemplo de como um Estado poderoso utiliza os conceitos e os resultados de uma profunda análise geopolítica, para conduzir os seus movimentos de política externa. Neste trabalho ficou demonstrado que os EUA, como uma potência global, utiliza a dimensão de poder militar para garantir seus interesses, muito além de suas fronteiras.

Portanto, quando os EUA, em suas avaliações geopolíticas, constataram oportunidades e ameaças no continente africano, o uso do *hard power* foi evidente, por vezes amainado com ações humanitárias e treinamentos para os países africanos, a fim de buscar um equilíbrio de ações, aproximando-se do *smart power*.

Com uma visão pragmática sobre o sistema internacional, os EUA planejam a manutenção de sua hegemonia global nesse ambiente anárquico. Na África, os EUA realizaram movimentos que visavam o balanceamento de poder com variados atores, ao longo do tempo. Dentre tais atores destacam-se os colonizadores europeus, a URSS e, nos dias de hoje, a China, a Rússia, as ameaças não-estatais, que são as VEO e os piratas das águas africanas.

A doutrina estadunidense de política externa, com sólida base realista, a despeito de participar dos organismos multilaterais globais e apoiar os mecanismos regionais africanos, atua enfaticamente, de forma independente, defendendo os seus interesses na África, mantendo a sua posição de potência hegemônica em tal continente.

A presença de Estados falhos na África e a ascensão do terrorismo, que culminou com os ataques de 11 de setembro de 2001 nos EUA, tornaram o continente africano uma das linhas de frente de combate aos terroristas, com intensivo uso da dimensão de poder militar estadunidense. Não se pode descartar a importância econômica da África como motivo subjacente para a crescente presença militar dos EUA em tal continente. A disponibilidade abundante de matérias-primas, dentre as quais destacam-se o petróleo e minerais, torna a África uma reserva estratégica mundial, e a concorrência pelo acesso à tais riquezas ampliam-se notoriamente.

O estabelecimento de uma base em Camp Lemonnier, no Djibuti e a criação de um comando combatente específico para a África, o AFRICOM, já nos anos 2000, denotam o

crescimento da importância da África para os EUA. Com o decorrer do tempo, mesmo com as alterações de orientação governamental nos EUA, o princípio básico de ampliar a presença na África é marcante. Pode-se constatar tal crescimento com o incremento de instalações temporárias do AFRICOM em território africano, o substancial aumento de orçamento e o deslocamento de pessoal e material estadunidense para a África.

Um importante aspecto é que tal dimensão de presença militar resulta numa capacidade estadunidense de influenciar os países africanos nas demais dimensões de poder. Os acordos bilaterais celebrados entre os EUA e os países africanos, como por exemplo o SOFA, sempre envolvem o aporte financeiro estadunidense, por uma cessão de soberania do país africano, gerando uma permissividade para atuação militar estadunidense em seus territórios e criando uma dependência em todas as dimensões de poder.

O aumento da presença do AFRICOM na África é evidente, no entanto, os desafios emergentes no continente africano são diversos e crescem numa taxa superior aos incrementos de orçamento e de iniciativas dos Estados envolvidos no combate a tais ameaças.

A expansão das VEO na África, com o fortalecimento da unidade das mesmas, suplantando barreiras étnicas africanas, em nome de um extremismo transnacional, acabam servindo para uma reflexão se o método de parcerias adotado pelo AFRICOM, na maior parte de suas iniciativas, é realmente eficiente e eficaz. No entender deste autor, já está provado que esse método não controla adequadamente as ameaças e os EUA cada vez mais mudam a sua abordagem de combate às VEO e piratas na África, com um maior uso de tropas e meios próprios.

O esforço do AFRICOM com meios e pessoal próprios na África, contudo, fica limitado em virtude de outras prioridades dos EUA no cenário global. A guerra entre Rússia e Ucrânia na Europa, o instável Oriente médio e as tensões com a China, no Indo-pacífico tem maior prioridade para a alocação dos recursos estadunidenses.

Portanto, mais recentemente tem ocorrido retrações de orçamento do AFRICOM e por vezes, necessidades de suplementação emergenciais de recursos financeiros, materiais e de pessoal, o que denota uma postura atual do AFRICOM apenas reativa, agindo com suas forças próprias pontualmente e mantendo um modelo de presença temporário e pulverizado

em todo o continente africano, gerando lacunas no processo de desenvolvimento de segurança e defesa na África.

Em tais lacunas do AFRICOM e nas deficiências de recursos de toda ordem da UA, dos mecanismos regionais e dos próprios países africanos, na dimensão de poder militar, este estudo vislumbra oportunidades para uma maior inserção do Brasil na África, principalmente nos países da costa oeste africana, que fazem parte do entorno estratégico brasileiro.

Mais especificamente, as maiores deficiências verificadas do AFRICOM e do conjunto UA, mecanismos regionais e países africanos, são em segurança marítima e combate às VEO.

Quanto à segurança marítima, há a necessidade de ampliação das ações, com vistas a não perder o controle de ilícitos no mar, já conquistado.

Quanto ao combate às VEO também há necessidade de contundente aumento da repressão, pois o AFRICOM, UA, mecanismos regionais e países africanos estão perdendo terreno gradativamente, com um risco de aumento dramático de instabilidade de muitos Estados africanos.

Para o Brasil, a perda do controle da segurança marítima por recrudescimento de ilícitos marítimos e o incremento de instabilidade na África, por causa do crescimento das VEO, representam uma ameaça, pois poderá afetar suas LCM e desestabilizar a condição de paz e cooperação no oceano Atlântico Sul, que nos separa da África ocidental. Por outro lado, representam uma oportunidade de, com uma presença militar brasileira mais efetiva no combate a ilícitos marítimos e em missões de paz nos países que combatem as VEO, que seja uma afirmação do Brasil no sistema internacional.

A contribuição em segurança na África ocidental representará um investimento na segurança do oceano Atlântico Sul e fortalecerá o pleito brasileiro de reforma do CSNU, com a ocupação de uma cadeira permanente pelo Brasil.

O Brasil já desempenha um papel importante na segurança marítima da costa ocidental africana, por intermédio das participações em diversas iniciativas multinacionais e condução das operações Guinex. Apesar da estratégia militar dos EUA, usando o peso do AFRICOM, buscar controlar as ações navais na costa oeste africana, este trabalho identificou a possibilidade de que o Brasil amplie sua atuação naval de forma totalmente independente, com a MB liderando a institucionalização da ZOPACAS e formando uma força-tarefa multinacional permanente antipirataria com os países africanos, sem a presença de Estados

exógenos ao oceano Atlântico Sul e com o comando da MB, que já possui a experiência necessária para tal.

No combate às VEO, a oportunidade seria a contribuição da MB com tropas para forças de paz nos países da costa ocidental da África. Nesse caso, o tema é mais complexo, pois haveria a necessidade de articulação política de alto nível para que a missão de paz brasileira também atendesse aos interesses geopolíticos do Brasil no seu entorno estratégico.

Além das ameaças já identificadas com a falta de segurança marítima e o crescimento das VEO, este trabalho também identificou ameaças que se configurariam caso o Brasil ampliasse sua presença na África ocidental, dentro das oportunidades delineadas. Tais ameaças são o elevado gasto financeiro para suportar tais operações e a institucionalização da ZOPACAS, o aumento das baixas de militares brasileiros em operação fora do país e a mudança de percepção do brasileiro por outras nações, pois certamente haveria a necessidade do uso do *hard power*, mesmo em missões de paz.

Ao final do trabalho o que se verifica é que o Brasil tem atuado de forma soberana no planejamento estratégico-militar na África, com pouca influência dos EUA, mas a presença brasileira necessita de fortalecimento, frente ao que o nosso país postula junto à comunidade internacional e às necessidades de segurança no entorno estratégico brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Sérgio L. C.. **Atlântico Sul: as relações do Brasil com os países africanos no campo da Segurança e Defesa**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 2, n. 4, p. 49-71, jul./dez. 2013.
- AHMAD, Abdullahi Ayoade. **US Africa Command: Military Operations or Good Governance**. *IOSR Journal of Humanities And Social Science*, v. 20, n. 6, p. 57-67, 2015.
- BARACUHY, Braz (org.). **Os fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman**. Brasília: FUNAG, 2021.
- BOLTON, John R. **A New Africa Strategy: Expanding Economic and Security Ties on the Basis of Mutual Respect**. 2019. Disponível em: <<https://www.heritage.org/global-politics/report/new-africa-strategy-expanding-economic-and-security-ties-the-basis-mutual>>. Acesso em 22 jul. 2023.
- BRASIL. Agência Brasil. **Tropa da Marinha recebe certificação máxima para missões de paz da ONU**. 2022a. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-04/tropa-da-marinha-recebe-certificacao-maxima-para-missoes-de-paz-da-onu>>. Acesso em 28 jul. 2023.
- _____. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 07 jul. 2023.
- _____. Marinha do Brasil. **Cerimônia de ativação do CFN da Marinha da Namíbia**. 2016. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/cgcfm/node/264>>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- _____. **EMA-300 – Plano Estratégico da Marinha 2040**. Brasília. Estado-Maior da Armada. 2020a. 88p.
- _____. **EMA-323 – Política Naval**. Brasília. Estado-Maior da Armada, 2019. 47p.
- _____. **Guinex-II: operação no Golfo da Guiné visa aumentar a segurança marítima no Atlântico Sul**. 2022b. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/guinex-ii-operacao-no-golfo-da-guine-visa-aumentar-seguranca-maritima-no-atlantico>>. Acesso em: 28 jul. 2023
- _____. **Marinha do Brasil assume Comando da Combined Task Force (CTF) 151**. 2021. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-assumecomando-da-combined-task-force-ctf-151>>. Acesso em: 25 jul.2023.
- _____. **Navio-Patrolha Oceânico “Apa” participa da Operação “Grand African Nemo 2020**. 2020b. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-patrolha-oceanico-apa-participa-da-operacao-grand-african-nemo-2020>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

- _____. _____ **PORTARIA Nº 335/MB**. Brasília. Comandante da Marinha. 2020c.
- _____. _____ **PORTARIA Nº 336/MB**. Brasília. Comandante da Marinha. 2020d.
- _____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília. 2020e. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em 27 jul. 2023.
- _____. _____ **Operação Felino**. 2020f. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/copy_of_exercicios-militares/operacao-felino>. Acesso em 27 jul. 2023.
- _____. _____ **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília. 2020g. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf>. Acesso em 27 jul. 2023.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. **Participação do Ministro Mauro Vieira na VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS – 18 de abril**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-mauro-vieira-na-viii-reuniao-ministerial-da-zopacas-2013-18-de-abril>. Acesso em 27 jul. 2023.
- BROOKS, David. **A nova Guerra Fria entre EUA e China está transformando tudo**. 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/internacional/a-guerra-fria-com-a-china-esta-transformando-tudo-leia-a-coluna-de-david-brooks/>>. Acesso em 08 jul. 2023.
- CAPRARA, David. **Obama's Smart Power Surge Option**, *Brookings*, (online). 2009. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/articles/obamas-smart-power-surge-option/>>. Acesso em 08 jul. 2023.
- CHAFER, Tony e CUMMING, Gordon. **Punching Below Their Weight? Critical Reflections on Anglo-French Cooperation in Africa**, p. 23. Londres, *Chatham House*, 2010.
- CLOUGH, Michael. **The United States and Africa: the policy of cynical disengagement**. *Current History*, v. 91, n. 565, p. 193, 1992.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP. **Histórico – Como surgiu?** 2023. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- COPSON, Raymond W. **The United States in Africa: Bush Policy and Beyond**. Zed Books, 2007.
- CTF-151. **Counter-piracy**. 2023. Disponível em: <<https://combinedmaritimeforces.com/ctf-151-counter-piracy/>>. Acesso em 27 jul. 2023.
- CUNHA, Carolina. **Missão de paz na África – Brasil deve enviar militares para República Centro-Africana**. 2018. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das->

disciplinas/atualidades/missao-de-paz-na-africa-brasil-deve-enviar-militares-para-republica-centro-africana.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>. Acesso em 28 jul. 2023.

EGEDE, Edwin. ***Africa's Lomé Charter on maritime security: What are the next steps?*** 2017. Disponível em: <<https://piracy-studies.org/africas-lome-charter-on-maritime-security-what-are-the-next-steps/>>. Acesso em 26 jul. 2023

EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION SERVICES – EEAS. ***EU Maritime Security Factsheet: The Gulf of Guinea***. 2021. Disponível em <https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-maritime-security-factsheet-gulf-guinea_en>. Acesso em 27 jul. 2023.

EUA. *Department of State*. ***Agreement Between the Government of the United States of America and the Government of the Republic of Djibouti on access to and use of facilities in the Republic of Djibouti***. 2003. Disponível em: <<https://www.state.gov/03-219>>. Acesso em: 6 jul. 2023.

_____. ***Congressional Budget Justification for Foreign Operations Fiscal Year 2006***. 2005. p. 268. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/42249.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2023.

_____. *U.S. Africa Command*. ***United States Africa Command. The First Ten Years***. 2018. Disponível em: <<https://www.africom.mil/document/31457/united-states-africa-command-the-first-ten-years>>. Acesso em: 30 maio 2023.

_____. *United States Government Accountability Office*. ***Defense Management: Improved Planning, Training, and Interagency Collaboration Could Strengthen DOD's Efforts in Africa, Washington, GAO, p.5***. 2010. Disponível em: <<https://www.gao.gov/products/gao-10-794>>. Acesso em 08 jul. 2023.

FERRO, M. ***1956, Suez. Naissance d'un Tiers-Monde***. Bruxelles: Éditions Complexe. 2006.

FLINT, Coling. ***Introduction to Geopolitics***. 2. Ed. Nova Iorque. Ed. Routledge. 2012.

FOREST, James J. F., and Rebeca CRISPIN. ***Africom: Troubled Infance, Promissing Future***. 2009. *Contemporary Security Policy* 30, no.1. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13523260902759753>>. Acesso em 29 jul. 2023.

FRIEDMAN, George. ***Toward a New Geopolitical Model***. *Geopolitical Futures*, 2019.

GIDDENS, Anthony. ***Central Problems in Social Theory: Action, Structure, and Contradiction in Social Analysis***. Pal grave, Londres, 1979.

GLOBAL SECURITY. ***American Military Bases in Africa***. 2023. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/facility/africom.htm>> Acesso em 08 Jun. 2023.

GUIMARÃES, José M. ***A Política dos Estados Unidos para a África desde a II Guerra Mundial até ao início da década de 1960***. 2022. Disponível em: <<https://www.cepese.pt/portal/pt/>>

populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-37/a-politica-dos-estados-unidos-para-a-africa-desde-a-ii-guerra-mundial-ate-ao-inicio-da-decada-de-1960> Acesso em 06 jun. 2023.

HAM, Carter. **Statement of General Carter Ham**, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee, House of Representatives*, Washington. 2011.

INTERNATIONAL COORDINATION CENTER – ICC. **Arquitetura de Yaounde**. 2013. Disponível em: <https://icc-gog.org/?page_id=1704&lang=pt>. Acesso em 23 jul. 2023.

INTERNATIONAL MARITIME BUREAU – IMB. **2022 Annual International Maritime Bureau Report**. 2023. Disponível em: <<https://www.icc-ccs.org/reports/2022%20Annual%20IMB%20Piracy%20and%20Armed%20Robbery%20Report.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

INSTITUTE FOR SOCIAL RESEARCH – ISR. **Defending Our Sovereignty: Us Military Bases In Africa And The Future Of African Unity**. 2012. Disponível em: <https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/07/20210630_Dossier-42_EN_Web.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

JAMIESON, Capitan (SAN) D. G. **Africom: a threat or an opportunity for African security?** *South African Journal of International Affairs* 16, no. 3. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10220460903495215>> Acesso em 08 jul. 2023

JONES, James L. **Statement of General James L. Jones**, comunicação apresentada perante *Senate Foreign Relations Committee*. 2005. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20070110031318/https://www.senate.gov/~foreign/testimony/2005/JonesTestimony050928.pdf>>. Acesso em 07jul.2023

KINDA, N. **Les États-Unis et le nationalisme en Afrique Noire. À l'épreuve de la décolonisation (Deuxième Guerre Mondiale – 1960)**. 1992. Disponível em <https://www.persee.fr/doc/outr_0300-9513_1992_num_79_297_3052>. Acesso em: 08 jul. 2023.

KINDER, H.; HILGEMANN, W. **Atlas Historique**. Paris. Stock, 1968.

KRUGMAN, Paul R. **Economia internacional**. / Paul R. Krugman, Maurice Obstfeld, Marc J. Melitz; [tradução Ana Julia Perrotti-Garcia]. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LANGLEY, Michael. **Statement of General Michael Langley**, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee, House of Representatives*, Washington. 2023.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: A PaxBritannica e o mundo do século XIX**. 1. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 1. 168p.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCONDES, Danilo. **O Brasil de volta à África? Desafios e oportunidades para o engajamento brasileiro com o continente africano**. 2023. Disponível em: <<https://cebri.org/revista/br/artigo/98/o-brasil-de-volta-a-africa-desafios-e-oportunidades-para-o-engajamento-brasileiro-com-o-continente-africano>>. Acesso em 30 jul. 2023.

MINGST, Karen. **Essentials of International Relations**. 8. ed. Nova Iorque: W.W. Norton and Company, 2018.

MOELLER, Robert e Mary YATES. **The Road to a New Unified Command**, *Joint Force Quarterly*, (51), p.69. 2008. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA516640.pdf>> . Acesso em: 08 jul. 2023.

NYE, Joseph. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente, 2009.

_____. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Ed. Public Affairs, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaration of a Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic: resolution /adopted by the General Assembly**. 1986. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/123188#record-files-collapse-header>>. Acesso em 06 jul. 2023.

ONYENUCHEYA, Adaku. **AU laments sea blindness, lack of maritime law in coastal countries**. 2023. Disponível em: <<https://guardian.ng/business-services/au-laments-sea-blindness-lack-of-maritime-law-in-coastal-countries/>>. Acesso em 26 jul. 2023

ONUF, Nicholas. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia. University of South Carolina Press, 1989.

PATRIOTA, Antônio de A. **Hora de Reformar**. 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/antonio-patriota-2011-2013/hora-de-reformar-o-globo-28-4-2013>>. Acesso em 27 jul. 2023.

PAUWELS, J. R. **Le mythe de la bonne guerre. Les États-Unis et la Deuxième Guerre Mondiale**. Bruxelles, Éditions Aden, 2005.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Boko Haram**. Brasil Escola. 2023. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/boko-haram.htm>>. Acesso em 08 jul. 2023.

PERCÍLIA, Eliene. **Pan-africanismo**. Brasil Escola. 2023. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/panafricanismo.htm>>. Acesso em 20 jul. 2023.

PHAM, Peter. **AFRICOM from Bush to Obama**, *South African Journal of International Affairs*, XVIII, (1), p.115. 2011. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10220461.2011.564429?journalCode=rsaj20>>. Acesso em 08 jul. 2023.

PLOCH, Lauren. ***Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa***. Congressional Research Service. 2011. Disponível em: <<https://sgp.fas.org/crs/natsec/RL34003.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

SANTOS, Luís I.V.G. **A arquitetura de paz e segurança africana**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SCHRAEDER, Peter. ***The African Dimension in U.S. Foreign Policy in the Post-9/11 Era***, em *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, FLAD e IPRI, 2007.

SERAFINO, Nina M. ***The Global Peace Operations Initiative: Background and Issues for Congress***. Washington, Congressional Research Service, 2009. Disponível em <<https://sgp.fas.org/crs/row/RL32773.pdf>>. Acesso em 09 jul. 2023.

SIPRI. ***Multilateral peace operations in 2022: Developments and trends***. 2023. Disponível em:<<https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2023/multilateral-peace-operations-2022-developments-and-trends>>. Acesso em 23 jul. 2023.

TELLA, Oluwaseun. ***Africom: hard or soft power initiative?***, *African Security Review*25, no.4. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10246029.2016.1225588>>. Acesso em 08 jul. 2023.

TELO, A. J. **As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal**. *Revista de História das Ideias*, 16, 1994.

THOMPSON, Jared. ***Examining Extremism: Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin***. *Center for Strategic and International Studies (CSIS)*. 2021. Disponível em: <<https://www.csis.org/blogs/examining-extremism/examining-extremism-jamaat-nasr-al-islam-wal-muslimin>>. Acesso em 08 jul. 2023.

TOWNSEND, Stephen. ***Statement of General Stephen Townsend***, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee, House of Representatives*, Washington. 2020.

TOWNSEND, Stephen. ***Statement of General Stephen Townsend***, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee, House of Representatives*, Washington. 2021.

TOWNSEND, Stephen. ***Statement of General Stephen Townsend***, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee, House of Representatives*, Washington. 2022.

TURSE, Nick. **Mapa do Pentágono mostra rede de 29 bases dos EUA na África**. *The Intercept.com*. Disponível em:<<https://theintercept.com/2020/02/27/africa-us-military-bases-africom/>>. Acesso em 18 jun. 2023.

UNIÃO AFRICANA - UA. **2050 Africa's Integrated Maritime Strategy**. 2012. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/11151/2050_aims_strategy.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jul. 2023.

_____. **African Union Handbook 2022**. 2022. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/documents/31829-doc-2022_AU_Hanbook_ENGLISH.pdf>. Acesso em 01 jul. 2023.

UNIÃO EUROPEIA - UE. **Arquitetura de Paz e Segurança Africana: é necessário reorientar o apoio da UE**. 2018. Disponível em: <<https://op.europa.eu/webpub/eca/special-reports/apsa-20-2018/pt/>>. Acesso em 08 jul. 2023.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Breve História da África**. Porto Alegre, Editora Leitura XXI, 2007.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África e as potências emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul?** Série africana. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

WALDHAUSER, Thomas. **Statement of General Thomas Waldhauser**, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee, House of Representatives*, Washington. 2018.

WALDHAUSER, Thomas. **Statement of General Thomas Waldhauser**, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee, House of Representatives*, Washington. 2019.

WARD, William. **Statement of General William Ward**, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee, House of Representatives*, Washington. 2008.

WIHBEY, Paul e Barry SCHUTZ. **African Oil: A Priority for U. S. National Security and African Development**. *White paper, IASPS*, p.2. 2002. Disponível em: <<http://openanthropology.org/libya/AOPIG.pdf>>. Acesso em 06 jul.2023.

WILLIAMS, Katie B. **AFRICOM adiciona centro logístico na África Ocidental, sugerindo uma presença duradoura dos EUA**. *Defense One*. 2019. Disponível em: <<https://www.defenseone.com/policy/2019/02/africom-adds-logistics-hub-west-africa-hinting-enduring-us-presence/155015/>>. Acesso em 17 jun. 2023.

WOLDEMICHAEL, Shewit. **There are concerns that the new European Peace Facility could signal increasing militarism and interventionism in Africa**. 2022. Disponível em: <<https://issafrica.org/iss-today/africa-should-be-better-prepared-for-europes-security-funding-shift>>. Acesso em 24 jul. 2023.

WORLD BANK. **GDP (current US\$)**. *World Bank*, 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country>> Acesso em: 27 jul. 2023.

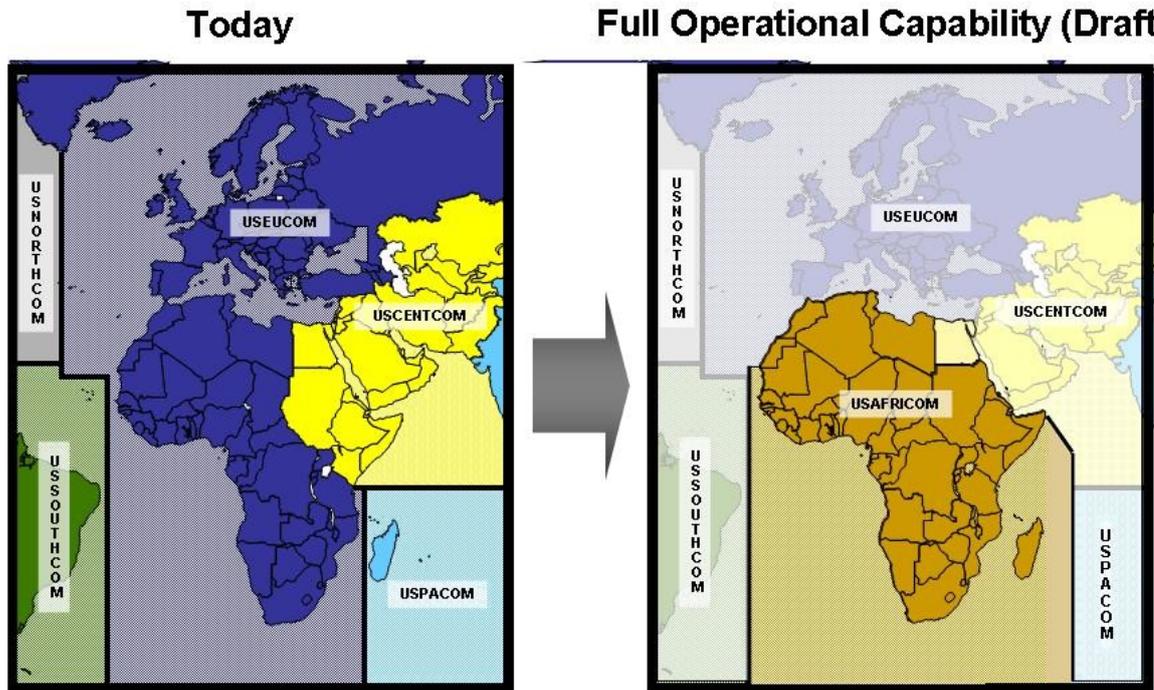
YEROS, Paris apud LANG Marina. **Hegemonia maligna: Por que EUA e França se intrometem em operação da Marinha do Brasil na África?** 2022. Disponível em:

<<https://patrialatina.com.br/hegemonia-maligna-por-que-eua-e-franca-se-intrometem-em-operacao-da-marinha-do-brasil-na-africa/>>. Acesso em 30 jul.2023.

ZEIDAN, Adam. **Houthi movement. Yemeni militant movement.** *Britannica*. 2023. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Houthi-movement>>. Acesso em 09 jul. 2023.



Draft Area of Responsibility



Draft Pre-decisional Working Papers, not subject to FOIA Requirements

Figura 1 – Área de responsabilidade do AFRICOM.

Fonte: Departamento de Defesa dos EUA.

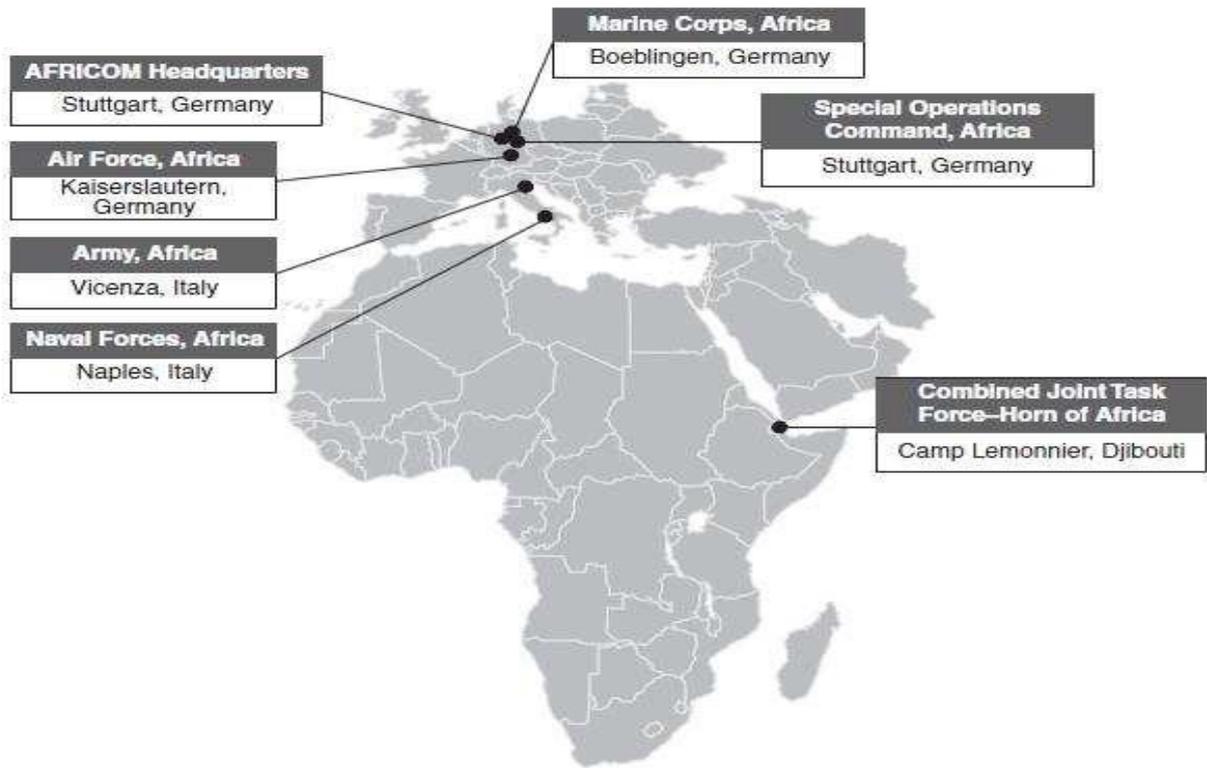


Figura 2 – Localização do quartel-general do AFRICOM e seus Comandos Componentes.

Fonte: *US Government Accountability Office*.



Figura 3 – Componentes da Arquitetura de Paz e Segurança Africana da UA.

Fonte: Tribunal de Contas Europeu, com base no Protocolo da UA de 2002.

Maritime safety and security architecture in the Gulf of Guinea (Yaoundé Architecture)

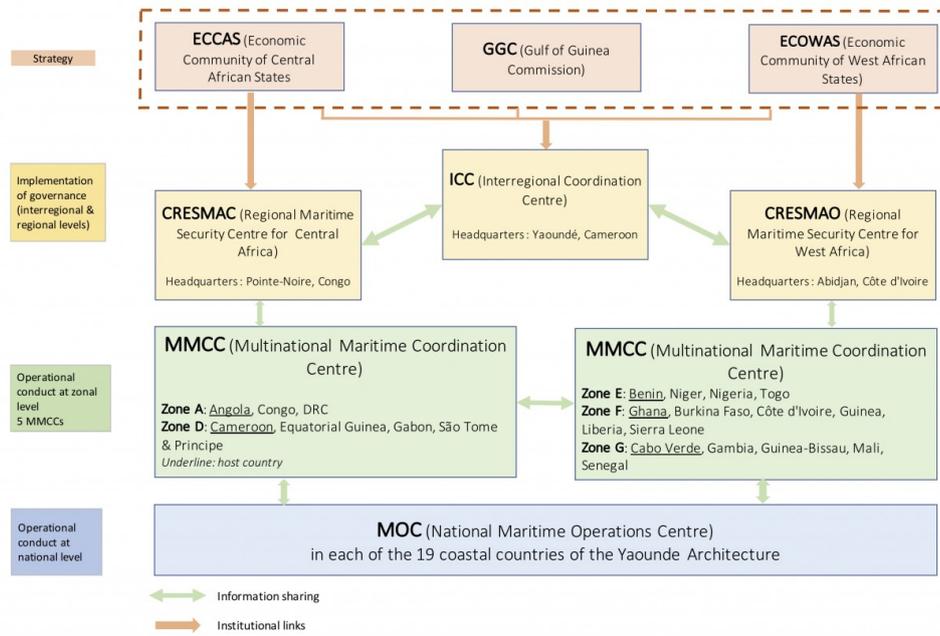


Figura 4 – Arquitetura de Iaundé.

Fonte: *International Coordination Center (ICC)*.

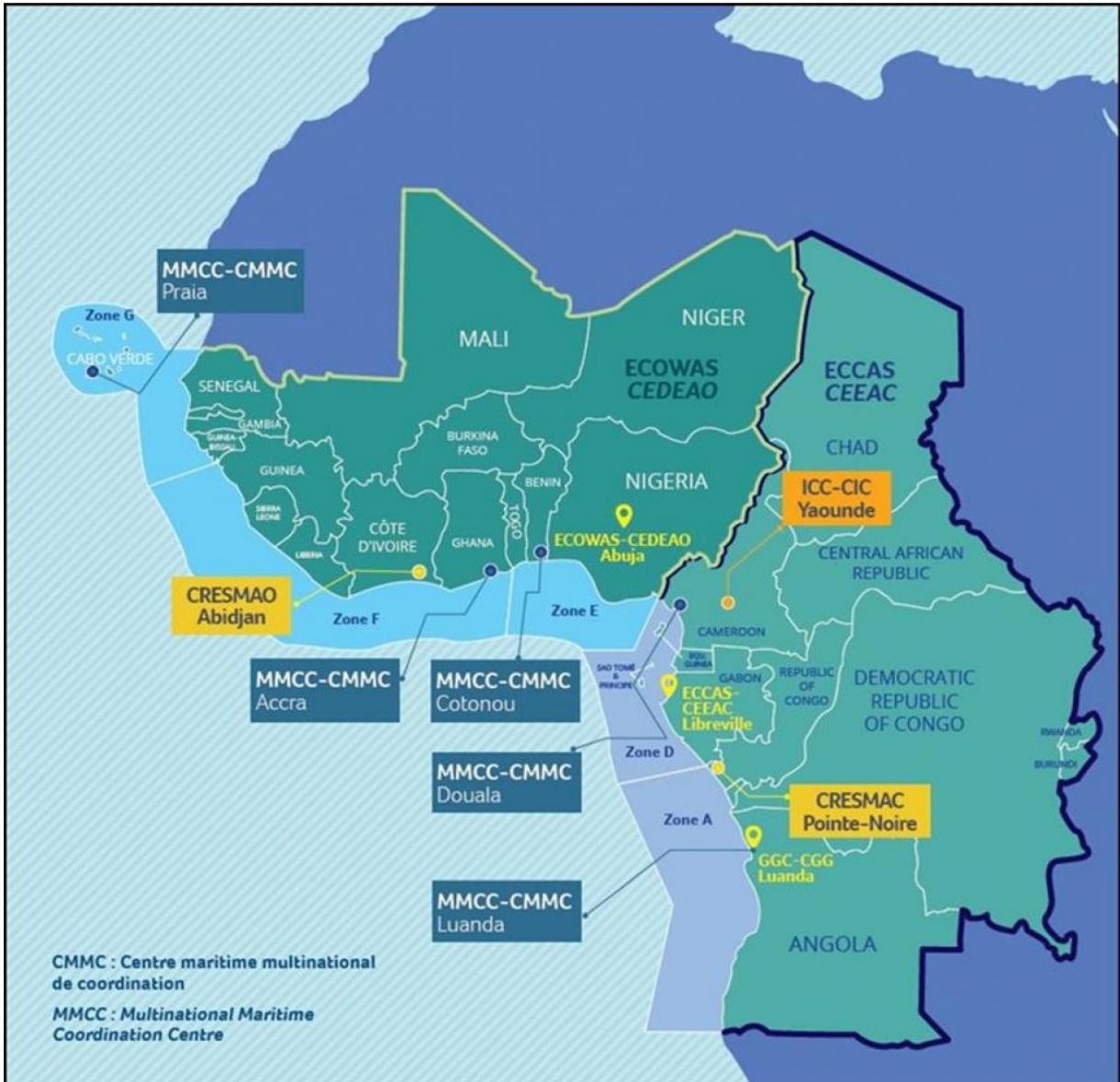


Figura 5 – Zonas Marítimas da Arquitetura de Iaundé.

Fonte: *European Union External Action Services (EEAS)*